O AÇÚCAR E A FOME

Pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro

ROBERT LINHART

"...Um relatório assustador sobre a miséria vergonhosa (dos) subproletários da cana-de-açúcar..."
Gilles Lapouge — O Estado de São Paulo.

1.33
55a

Paz e Terra

Você vai de carro por uma estrada bem razoável. Você passa por estações de serviço e restaurantes. O rádio toca uma canção dos Beatles, ou o último refrão "discoteque". Na beira da estrada, homens de chapéu de palha, um instrumento na mão, caminham. Você pára. Pede que subam dois ou três, para aproximá-los. Você fala com eles. Respondem. Estão indo para o trabalho nos canaviais. Você pergunta pelas condições de vida deles. Dão respostas breves, com palavras entrecortadas. E você vai compreendendo, à medida que falam, que eles estão com fome, que as mulheres deles estão com fome, que os seus filhos estão com fome. E se você tiver no bolso o equivalente a duzentos francos franceses, que gastará durante o dia em gasolina, restaurante e outras pequenas despesas, ficará sabendo que esta é a soma de que vai dispor

BIBLIOTECA
FFLCH
17 SET
24 SET. 19
29 DEZ. 200
09 JUN. 200
SUA INSCRIÇÃO
NA BIBLIOTECA
IMPLICA EM
CONHECIMENTO E
ACEITAÇÃO DO
REGULAMENTO

O AÇÚCAR E A FOME

Série ESTUDOS SOBRE O NORDESTE
Vol. 11

Direção de:
Francisco de Oliveira
Roberto Maia Martins
Moacir Palmeira

Ficha Catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Linhart, Robert.
L728a O Açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro / Robert Linhart; tradução de J. Silveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
(Série Estudos sobre o Nordeste; v. 111)

Tradução de: Le sucre et la faim

1. Indústria açucareira – Pernambuco 2. Trabalhadores do açúcar – Pernambuco I. Título II. Título: Pesquisa na regiões açucareiras do nordeste brasileiro III. Série

80-0801

CDD – 338.17361098134
301.4443098134
CDU – 338:664.11(813.4)
331.83:664.11(813.4)

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial:
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

DEDALUS - Acervo - FFLCH-GE
624.33
L755a
1981
21100009748

ROBERT LINHART

O AÇÚCAR E A FOME

Pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro

Tradução de
J. Silveira

SBD/FFLCH
SBD-FFLCH-USP
152368
3 1131
DSA
ECA - USP
BIBLIOTECA
2775

Paz e Terra

Copyright © by LES EDITIONS DE MINUIT, 1980

624.33
L755a

Capa: Mario Roberto Correa da Silva

Direitos adquiridos pela

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua André Cavalcanti, 86
Fátima – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 244-0448

Rua Carijós, 128
Lapa – São Paulo, SP
Tel.: 263-9539

1981

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

ÍNDICE

VOLTA DO EXÍLIO 7

PRÓLOGO 11

1. *Os diaristas da Princesa Serrana* 13
   O barracão 15
   Os canaviais 16
   Três diaristas 17
   No barbeiro 18
   Um arenista desabusado 20
   A partida dos caminhões de diaristas 26
   O sindicato dos trabalhadores agrícolas 32
   Na varanda 38
   Volta ao Recife 39

2. *Contabilidade* 43
   "Clandestinos" e "fichados" 44
   Um período terrível 48
   Uma fome moderna 51
   Os pequenos proprietários 53
   A extroversão 55
   Uma Economista 59

3. *O Despertar de um movimento camponês* 61
Preparativos 64
Panfletos nos campos de cana 69
A favela 73
A assembléia 75
Negociações e acordo 81
Galiléia 82

VOLTA DO EXÍLIO

No dia 1º de abril de 1964, o exército brasileiro pôs termo, com um golpe de estado, às esperanças democráticas do período presidencial de João Goulart. Prisões, execuções, torturas, exílio.

O Brasil entrava na ditadura militar.

No nordeste do país, o golpe de força interrompia o que em todas as memórias ficou sendo "o tempo de Arraes".

Eleito governador do estado de Pernambuco no fim de 1962, Miguel Arraes só pôde exercer o mandato durante catorze meses. Neste curto período multiplicou iniciativas, tentando fazer com que surgissem formas de poder popular, para transformar as estruturas sociais. Arbitragem entre usineiros e trabalhadores do açúcar, aplicação do direito do trabalho, recusa de utilizar a polícia contra os camponeses, organização de cooperativas, alfabetização e escolarização intensivas, assembléias de base, luta contra a corrupção.

Mais que outra qualquer, uma destas medidas ficou gravada na lembrança da população rural: o aumento de 300% dos salários dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Em poucos dias, todas as lojas do Recife, a capital do estado, foram esvaziadas de seus produtos de consumo normal: calçados, aparelhos de rádio, cadeiras, camas, roupas, carne. Assistia-se a uma corrida dos trabalhadores agrícolas em busca dos bens que até então tinham sido, para eles, inacessíveis. Esta incrível e passageira opulência dos mais pobres é ainda hoje descrita pelos que a viveram como uma espécie de milagre.

No dia 1º de abril de 1964, o palácio do Governo do estado de Pernambuco foi invadido e ocupado pelo exército. Durante várias horas, os militares golpistas tentaram obter a demissão de Arraes. Ele recusou. Fecharam-no numa prisão militar de Recife, depois numa ilha. Passou várias semanas sem pronunciar qualquer palavra. Após um ano de detenção, partiu para o exílio na Argélia.

Paris, 14 de setembro de 1979. Uma anistia acaba de ser promulgada no Brasil. Após 14 anos de exílio, Miguel Arraes volta para Pernambuco. Acompanho este regresso.

O avião está atrasado. Puseram-nos num salão no aeroporto – alcatifa bege, forro vermelho berrante, ambiente falsamente repousante. O antigo governador, rosto forte, bigode e cabelos grisalhos, olhos semicerrados, afundado numa poltrona, parece estar ausente, divagar. À sua volta, murmura-se a respeito do atraso e das suas conseqüências. O comício do Rio, na chegada? A continuação da viagem para o Crato, onde mora sua mãe? Uma certa ansiedade nesta espera que se prolonga, avisos de novos atrasos, vai-vem das aeromoças da Varig.

Pergunto a Arraes quais foram, na sua opinião, as medidas mais importantes que tomou quando governador.

– Primeiro, tirei a polícia dos conflitos sociais e aumentei os salários dos trabalhadores agrícolas. Segundo, neste período de inflação, tentei defender os salários reais dos trabalhadores, criando uma companhia de Estado que vendia produtos de base: carne-seca, arroz, feijão. Assim, custavam 35% mais barato. Em oito meses, conseguimos fazer com que 60% do mercado destes produtos passasse por este circuito. Para os pequenos proprietários, democratizei o crédito e defendi os preços da produção. No sertão, dominado pelos chefes locais, não pude fazer grande coisa, num ano de mandato...

Em seguida, Arraes começou a falar do que se poderia fazer no presente, no Rio São Francisco, e noutras regiões do estado de Pernambuco. Introduzir tecnologias simples, realizar coisas concretas que possam aliviar a miséria nordestina. Como se, durante todos estes anos de prisão e de exílio, não tivesse cessado de prosseguir, em espírito, no cumprimento do seu mandato brutalmente interrompido.

Novamente o sul e o centro do Brasil eram sacudidos por greves e manifestações. O nordeste, embora seja a região mais pobre, quase não se manifesta. O que estaria escondido sob este silêncio? O que iríamos encontrar no interior?

A anistia, os movimentos que agitavam a sociedade brasileira, o desafogo relativo da pressão do estado davam uma oportunidade de pesquisa no campo.

Chegando ao Recife, aproveitei a primeira ocasião que se apresentou para ir ao interior da zona açucareira. O que ali vi abalou-me.

PRÓLOGO

Você vai de carro por uma estrada bem razoável. Você passa por estações de serviço e restaurantes. O rádio toca uma canção dos Beatles, ou o último refrão "discoteque". Na beira da estrada, homens de chapéu de palha, um instrumento na mão, caminham. Você pára. Pede que subam dois ou três, para aproximá-los. Você fala com eles. Respondem. Estão indo para o trabalho nos canaviais. Você pergunta pelas condições de vida deles. Dão respostas breves, com palavras entrecortadas. E você vai compreendendo, à medida que falam, que eles estão com fome, que as mulheres deles estão com fome, que os seus filhos estão com fome. E se você tiver no bolso o equivalente a duzentos francos franceses, que gastará durante o dia em gasolina, restaurante e outras pequenas despesas, ficará sabendo que esta é a soma de que vai dispor uma das famílias deles, que têm cinco, oito, dez pessoas para viver (viver?) durante um mês... Eles descem

do seu carro, agradecem e continuam a pé pelo meio do campo. Você engrena a primeira, o locutor, no rádio, anuncia o último sucesso de Fulana de Tal. Há, bem no fundo da paisagem, uma bela igreja barroca, branca e amarela. Os campos de cana, bem verdes, ondulam sobre as colinas, compactos, e de longe, parecem a grama inglesa dos clubes de golfe.

O motor potente de seu Ford engole as curvas da estrada, que serpenteia através da zona da mata, a antiga floresta. Você atravessa uma pequena cidade, o cartaz de um cinema anuncia "As enfermeiras do sexo" e "A volta de Frankenstein". As ruas estão animadas. De novo a estrada, que o leva para longe. Para você, a vida continua.

1 – OS DIARISTAS DA PRINCESA SERRANA

Há, no nordeste do Brasil, no estado de Pernambuco, uma pequena cidade que se chama "Princesa Serrana", porque se espalha sobre três colinas que à noite, iluminadas pelas casas e pelos lampiões avistam-se de longe. É uma linda vista.

A Princesa Serrana encontra-se em plena região açucareira, no meio dos engenhos e das usinas.

É para esta cidade da "zona da mata" norte que partimos no dia dezessete de setembro, segunda-feira. Saímos do Recife ao cair da noite, cinco horas da tarde. No carro, o estudante que me leva, diz: "a situação social é muito, muito delicada. Há uma miséria realmente triste. Enquanto ele diz isto, olho os incêndios dentro da noite, de um e de outro lado da estrada. Penso em Manuel, nosso amigo camponês do estado do Maranhão, bem mais ao norte, que dizia, falando de outros incêndios: "queima-se a floresta, a chuva mistura as cinzas com a terra e ela fica boa,

boa...” Mas um agrônomo explicava-me há alguns dias no Recife que o fogo destrói a proteção contra a erosão e põe em perigo as terras das colinas (e esta é uma região de colinas). Quando a estrada dá uma volta e uma nova paisagem se forma dentro da noite, novos incêndios aparecem ao longe. Cheiros adocicados penetram no carro, pequenos fragmentos de casca de cana estão em suspensão no ar e flutuam levemente à luz dos faróis. O açúcar, pela noite a dentro, envolve-nos.

Reinaldo mostra uma luz e uma fumaça à nossa esquerda: uma usina de açúcar.

Os operários e camponeses da zona açucareira estão tensos; também estão tensos os donos do açúcar, diz-me Reinaldo. Parece que Delfim Neto, o ministro do Planejamento, quer acuar até a falência os pequenos industriais açucareiros, para deixar o campo livre às grandes empresas e sobretudo às multinacionais. Isto faria parte do seu “modelo” (o Brasil grande exportador agro-alimentar). Far-se-ia a modernização, a mecanização, desenvolver-se-ia a produção de carburante à base de cana e todos os “pequenos” usineiros que não tivessem os meios de acompanhar esta reviravolta técnica seriam eliminados. Outros dizem que vão aumentar os salários dos trabalhadores da cana porque Arraes voltou.

A chegada. A cidade de noite. As três colinas, as luzes. Um amigo de infância de Reinaldo fala-nos, com reticências, dos rumores de greve do açúcar. O bairro dos bordéis, ao longo de uma rua de terra batida. Luzes vermelhas, música “discoteque”. Há televisores por toda parte, até nos cômodos mais miseráveis, os mais nus, abertos para a rua. Reinaldo: “vim a um destes bordéis com a idade de nove anos. Aqui, é

na base do macho, deve-se mostrar desde cedo que se é homem.

As pessoas passeiam pela praça da cidadezinha, formada por um jardim em declive, até uma hora avançada, e nós passeamos também. As cartas e a aguardente são a distração principal. A cidade conta muitos alcoólatras.

O barracão

Terça-feira de manhã, numa plantação de cana. Primeiro, visita ao barracão – venda local onde os trabalhadores compram os produtos de primeira necessidade e se endividam. Alguns operários, algumas crianças – quase todos têm na mão a pequena foice dos cortadores de cana – cachorros. Uma mulher, atrás do balcão. Cheiros de açúcar, de poeira, de temperos. Todos têm uma dívida, e o dinheiro dos salários praticamente não sai da fazenda". – Aqui é mais caro que na cidade, mas ninguém pode ir lá fazer compras". (A cidade, a Princesa Serrana, fica a cinco quilômetros.)

– E se alguém cair doente? – perguntamos. – Risos.
– Nada. A doença é Deus quem dá, como as batatas.

E um velho, como um eco, a voz quebrada, repete:
– Doença? Nada. Nada. Nada.

Os trabalhadores dizem que já se fala de greve na cidade. Vai haver no domingo uma assembléia dos sindicalizados para decidir.

"A greve dos pobres é só para ganhar um pouco mais. Fala-se de muito mais. Até de cem, cento e dez cruzeiros por dia".

Os canaviais

Saída do barracão. Marcha pelos canaviais. Aqui, um feitor, de camisa vermelha, balança portátil na cintura, caderneta na mão. Supervisiona quatro ou cinco trabalhadores espalhados entre as canas, que cortam e amarram em feixes. Pedimos para ver a caderneta. Ele mostra: deste lado, os nomes; do outro lado, em frente, a produção diária. A página da véspera, no conjunto, a coisa varia entre quinhentos e mil e quinhentos quilos por dia.

– 2.250 nesta linha: por quê este número tão elevado?

– É um sujeito que vem trabalhar com a neta.

– E aqui, 150 – por quê tão pouco?

– É um menino de seis anos: é o que ele faz num dia. (150 quilos de cana; o salário é pela produção, este menino ganhou ontem 8 cruzeiros).

Pelas cinco horas, diz o feitor, faz-se a conta aqui mesmo. Mostra dois pretos que cortam cana a alguns passos de distância: "estes dois aí são "da rua" (da cidade). Os pretos param de trabalhar e um responde às nossas perguntas:

– Levanto-me às quatro da manhã para começar aqui às seis. Sou "volante". Trabalho um dia aqui, outro lá."

– Por que vocês vêm da cidade para trabalhar na cana? Não dá para arranjar outro trabalho?

Tem nada, diz ele com uma careta de desgosto. Acende um cigarro e cala-se. O feitor mostra o feixe que ele acaba de amarrar: se ele fizer cem como este, terá os 1.500 quilos".

Afastamo-nos e ele recomeça a cortar cana. Movimentos lentos. Umidade tropical. Esta maneira arrastada do falar brasileiro. Sente-se como que um es-

vaziamento interior. À nossa frente, perto da cana que está sendo cortada, uma zona de incêndio. Na pista, ao pé de uma colina, um caminhão azul está sendo carregado por quatro homens – vibração dos feixes de cana. Murmúrio de um riacho no meio da terra queimada. Cheiro de cinza. O vento carrega as cinzas finas, que penetram por toda a parte, até nas casas e nos quartos. Ruído longínquo de vozes no canavial e da própria cana sendo cortada. No fundo da paisagem, a "casa grande" rodeada de palmeiras, brancura quase totalmente oculta ao olhar. À nossa volta, um horizonte de colinas. E nesta umidade, estes barulhos moles; nesta depressão achatada, sempre, sempre, uma enorme sensação de esvaziamento.

Três diaristas

Vamos de carro para a cidade. Ao longo da estrada, três caboclos caminham. Convidamo-los a subir no carro. São trabalhadores agrícolas.

– "Como é que vocês dizem", pergunta Reinaldo – bóias frias ou volantes? (Há muitos termos, no Brasil, para designar estes diaristas que vão de um lugar para outro: "bóias-frias", "volantes", clandestinos").

– Nós não conhecemos o nome de "bóias frias". Chamam a gente de "volantes". Eles riem, esclarecendo este ponto de terminologia.

– Quantos vocês são aqui na cidade?

– Cinco mil, diz um.

– Muito mais, diz outro.

– Cada dia, trinta caminhões partem em várias direções, precisa o terceiro.

Um deles sua abundantemente. Sem que se lhe pergunte, ele diz, diretamente:

– Tive um atestado de louco. Fui internado quatro vezes num asilo. Seis meses cada vez. (Ele diz asilo mas é uma prisão psiquiátrica, murmura Reginaldo). Mas não sou doido. Trabalhei demais. É fraqueza. É fome. Não sou doido."

– Vocês não estão organizados, pergunta Reginaldo.

– Não.

– Precisam se organizar.

– Sim senhor.

– Vocês todos são explorados.

– Sim senhor.

O carro rola rápido, na pista de terra ocre, entre duas muralhas de cana densa, interrompidas por algumas bananeiras e cajueiros. Perguntamos aos três diaristas se eles se lembram de 1964, antes do golpe.

– É, nesta época os salários aumentaram.

– E que acham da volta de Miguel Arraes?

– É a melhor coisa do mundo.

No barbeiro

Na "cidade", a animação de um lugar importante. Com seus centros nervosos: cafés, jardim público. O barbeiro é um destes centros. Fazemos uma pergunta sobre os bóias frias (Reginaldo sempre chama assim os diaristas, como na maior parte do Brasil e nos meios politizados). E logo o barbeiro responde:

"De manhã, às cinco horas, há grande ajuntamento de clandestinos em lugares marcados para ir trabalhar. Vão lá vê-los, vocês verão muitas crianças de dez anos ou menos. Há pais que levam três crian-

ças. Estes caminhões são perigosos. Há muitos acidentes, mortos, aleijados. Ontem, um menino aleijado por causa de um destes acidentes de caminhão passou por aqui para pedir esmola. Um caminhão leva às vezes cem pessoas, e eles dirigem como loucos".

Um jovem instalado numa poltrona imita a maneira louca de dirigir os caminhões de diaristas. O barbeiro, baixinho e bigodudo, dá estas explicações fazendo a barba de um cliente estendido como numa mesa de operação e que segue com um olhar inquieto as evoluções por vezes bruscas da navalha. Tem na mão um relatório de banco, deve ser empregado do banco vizinho.

A barbearia é azul, mobiliada de cadeiras amarelas, entupida de objetos e de gente. Na parede, fotografias de times de futebol. Um letreiro, do lado de fora: "Salão Fígaro". Digno do nome: ali, fala-se de política, de problemas sociais, de jornalismo (um sujeito de direita vai lançar uma rádio local, e cada um calcula a influência possível da mesma).

Seguiremos a recomendação do barbeiro: amanhã cedinho estaremos entre os diaristas no momento da partida dos caminhões.

Nesta mesma tarde, visitamos o prédio da futura rádio local – (explicações cheias de auto-satisfação do promotor, um jovem de cabeleira alourada, filho de latifundiário, que convidou banda de música da polícia militar para a inauguração) – O hospital, onde falam nos das doenças que torturam as populações da região: verminose, ancilostomose e cistossomose, a doença de Chagas, numa pequena cidade vizinha, 90% dos camponeses estão atingidos – além da doença principal, a fome. – Uma usina de açúcar (barulho, calor, fumaça, vapor – o livro de José Lopes sobre o

trabalho nas usinas chama-se *"O vapor do diabo"* e a justeza do título, tirado da entrevista de um trabalhador do açúcar, salta aos olhos no primeiro instante – os operários trabalham em duas turmas de doze horas cada, por 664 cruzeiros por semana).

Um arenista desabusado

Pelas cinco horas da tarde, dirigindo-nos ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas nas ruas da cidade baixa, não muito distante da zona dos bordéis. O Sindicato está fechado, mas alguém nos indica a casa de um sindicalista – a casa verde, perto da ponte. Sua mulher é quem nos recebe. Chão de cimento, paredes esverdeadas. Um volumoso aparelho de televisão. Nas paredes, imagens pias, uma fotografia de Paulo VI, outra do Presidente Médici ("o mais repressivo", murmura Reinaldo), um diploma de suplente de vereador da Arena. À direita, um quarto com camas de crianças. Atrás, um outro cômodo onde se vê uma enorme geladeira vermelha.

Chega o homem; entra ainda abotoando a camisa. Tem uma cabeça redonda, o rosto um pouco gordo, sem brilho. Um jeito de contador. Tipo de português (a mulher tem tipo de índia).

Explica-nos que não é o presidente do Sindicato. Apenas empregado, encarregado do trabalho do escritório. Mas trabalha no Sindicato há mais de 15 anos e pode explicar-nos tudo.

"O sindicato foi fundado em 1962, pela Igreja. Era um padre jesuita, que já morreu. Um holandês... não, espere, era outra coisa, era polonês. Mas falava bem o Português – com sotaque. Era bem vermelho" (engano-me quanto ao sentido do adjetivo; não se tra-

ta de engajamento político, como se verá, mas sem dúvida de uma característica física ou de uma idéia de energia). "Este padre era o auxiliar do bispo, convidou um fazendeiro para se associar com ele e juntos fundaram o Sindicato".

– Era um padre de esquerda?

– Que nada! O sindicato foi fundado pela Igreja para combater as ligas camponesas de Julião, que faziam desordem, manifestações, que queriam fazer a revolução. Aliás, uma semana antes do golpe, as ligas camponesas ameaçaram o sindicato de trazer 100 pessoas e de destruí-lo violentamente (um pavor retrospectivo aparece no seu rosto enquanto evoca este acontecimento que data de quinze anos).

– Onde andam os dirigentes da liga camponesa?

– O presidente da liga morreu na miséria em Olinda. Era um analfabeto. Virou mendigo, lá pelo Recife. O segundo dirigente desapareceu, não se sabe onde. Ninguém soube mais dele. O tesoureiro continuou a fazer agitação. Foi preso em 1964, e depois em 1968. Ao todo, passou nove anos na prisão. Acaba de ser anistiado. É um mulato claro. Alfabetizado. (O empregado fala destes dirigentes camponeses perseguidos como se deveria, há cem anos, falar dos chefes dos escravos revoltados: "negro", "claro", "analfabeto" "alfabetizado", e algumas características físicas: "grande", "médio"...)

– Qual é o trabalho do Sindicato?

– A assistência jurídica aos trabalhadores e tratamento médico.

– Quantos membros tem o sindicato?

– Em nosso município, tem 7452 membros.

– Qual o número de trabalhadores agrícolas nesta zona?

– Mais ou menos vinte mil, atualmente. Em 1970 havia catorze mil.

– Todo mundo está incluído neste número, mesmo os clandestinos?

– Está. Aliás, a maioria dos trabalhadores agrícolas atualmente mora na cidade. Se vocês forem amanhã pelas quatro e meia, cinco horas à praça onde os caminhões vêm buscá-los, vocês poderão vê-los sair. Como não têm qualquer tipo de assistência no campo, vão "prá rua" (para a cidade). Lá, no campo, eles não têm mais terras para cultivar, e não há educação. Esta viagem de caminhão, pela manhã, é uma coisa impressionante. Vêem-se crianças de doze anos ou menos sair para cortar cana. Muitas crianças ficam mutiladas durante estre trabalho, cortes nas mãos, dedos decepados. E eles nada podem fazer na justiça, porque as crianças de menos de treze anos não têm o direito de trabalhar! Na família dos diaristas, se há 10 crianças, as meninas usam uma calcinha, os meninos uma camisa. É só. Não têm nada, nada.

Recebemos do Recife instruções para fazer uma pesquisa sobre os salários e o trabalho, porque fala-se de greve.

– Quem?

– Os sindicatos. O sindicato quer mostrar que está ao lado dos trabalhadores. Então, está anunciando pelos jornais que vai fazer greve. Começaram as reuniões entre os patrões, os sindicatos e os delegados do ministério do Trabalho. Mas a situação é muito ruim para fazer greve. Os trabalhadores não têm terra, não têm nada para resistir. Para que haja uma greve, é preciso que ela seja decidida por 50% dos trabalhadores. (Tentamos precisar a modalidade dos 50%, mas a coisa parece confusa. Pelo menos uma coisa parece clara, depois da explicações do empregado do sindica-

to, o número de 7000 aderentes é bastante exagerado: dos sete mil, nem quatro mil pagam a cotização. Se houvesse sete mil pagando, seria o maior sindicato da região. Mas, apesar de tudo, o sindicato é muito bom.

– O que é que você fazia antes de trabalhar no sindicato?

– Era seminarista, aspirante de salesiano. Fiz o trabalho da Igreja por muito tempo, menos os sacramentos. Ainda sou muito ligado a eles. Pertenço à sociedade de São Vicente de Paulo (mostra-nos um livro das regras da sociedade, editado para o Brasil). Há muitos vicentinos aqui.

Perguntamos-lhe como vê o futuro, quais os seus projetos. Quer deixar o sindicato. Gostaria de ensinar direito. Para isto, inscreveu-se na Universidade de uma pequena cidade vizinha (não é universidade, mas o Centro Regional de Formação da Educação, explica Reinaldo): começou estudos de ciências humanas. Que idade tem? Trinta e três anos. Que acha atualmente do Sindicato? Quais são seus defeitos?

"O sindicato não tem dirigentes autênticos. Fica tudo lá em cima, não explicam os direitos aos trabalhadores".

– O sindicato faz política?

– O sindicato é neutro.

– E você (Reinaldo mostra o diploma de suplente de vereador da Arena pregado na parede).

– Fiz política pela Arena. Comecei em 1968, um colega político e fotógrafo me animou. Fui vereador. Mas vou desistir. Política é coisa desumana. É tudo ou nada. Quero deixar este negócio (expressão de enjôo).

– O que se diz por aqui do processo político, da volta de Arraes, de tudo isto?

– Os trabalhadores não falam. Houve massacres, perseguições. Eles não falam. (Penso: certamente não dizem a ele. Mas falam).

– A volta de Julião?

– Os camponeses não querem ouvir falar. Os sindicatos e a Igreja mostraram que ele tinha idéias falsas. O que é preciso é a assistência social. Julião queria roubar dos outros, queria violência.

– E Arraes?

– No tempo dele, é verdade que o salário era o mais alto. Mas o pessoal não fala de política. Eu não falo de política aí fora. Voto nas pessoas, não nos partidos. Votei contra Arraes, Julião, Jango porque os tempos eram muito agitados. Estou de acordo que eles voltem. Mas que tenham influência sobre as instituições. Eles devem se aposentar e não fazer mais política. Depois da revolução, eles foram todos para o estrangeiro mas os pobres ficaram aqui. O primeiro presidente do sindicato foi preso, torturado..."

Silêncio.

"Sempre me ocupei dos outros. Agora quero viver para mim".

– Você está muito revoltado? pergunta Reinaldo.

– Estou.

A esta altura da conversa, começa no outro extremo da sala, uma cena da qual, fascinado, não consigo mais despregar os olhos. Ali, estava sentada num velho divã, a mulher do empregado, bastante jovem, feições ligeiramente índias, que até agora ouvira sem falar, segurando nos braços a criança de uns dez meses.

A criança começou a chorar. A mãe, logo se vira para a parede, onde está uma enorme imagem do Cristo coroado de espinhos e levanta a criança na direção da imagem, sacudindo-a e repetindo como

numa ladainha: Papai do Céu! Papai do Céu! Papai do Céu! A criança pára de chorar.

O empregado conta que foi "posto como interventor" pelo governo numa cidadezinha próxima para substituir a direção sindical que "tinha problemas" e Reinaldo chama a minha atenção para o fato, que mostra a que ponto ele está ligado à ditadura.

A criança recomeça a chorar. Os embalos e a encantação diante da imagem coroada recomeçam. Papai do céu! Papai do céu! A cada gemido ou movimento da criança: Papai do céu! Durante este ritual, o rosto da mãe ganha um ar de beatitude, quase extático – amplo sorriso, olhos exorbitantes. A criança sorri vagamente olhando a imagem pia durante os embalos, torna a chorar um pouco. Finalmente, uma chupeta e a encantação "Papai do céu" terminam por acalmá-la. Encolhe-se na calcinha estofada de fraldas e cala-se.

Fala-se da "revolução" de 1964 (o golpe de estado militar). Aquilo manteve a ordem, diz o empregado, e é o mais importante. Mas por outro lado, não funcionou por causa do comércio: o trabalhador ganha muito, mas não pode comprar nada (Ele quer dizer que os salários nominais aumentaram mas que a inflação é tal que os salários caíram a um nível extremamente baixo. Tudo isto exprime-se de forma confusa, com uma ponta de ansiedade).

Despedimo-nos e saímos da casa para o frescor da tarde: rua de terra batida, casas baixas de todas as cores: róseas, verdes, amarelas, ocre, azuis...

Trocamos impressões sobre a desmoralização deste arenista, arregimentado pela direita no sindicalismo agrícola oficial, quando ainda não tinha 20 anos e hoje amargurado e consciente de sua derrota. Não se encontra mais ninguém aqui, no campo do nordes-

te, para defender a política da ditadura depois de quinze anos, de tal modo está patente a deterioração catastrófica das condições de vida. Falamos também da força de organização extraordinária que representa a Igreja, em todos os sentidos.

"A direita da Igreja é muito dinâmica, nunca se deve esquecer disto", diz Reinaldo.

Voltamos para dormir na casa de um plantador de cana conhecido de Reinaldo. Uma sombra guarda a casa, imóvel, encostada numa coluna. "Tudo em ordem?" pergunta Reinaldo – "Tudo", diz a sombra. Vai ficar ali a noite toda; voltaremos a cruzá-la de madrugada. Todos estes olhos invisíveis, à sombra dos poderosos, que esperam o milagre de uma palavra, de um favor, de um olhar. O Brasil terrível...

Dentro da noite, um leve ruído atravessa o quarto e me acorda bruscamente. Um morcego voa, desnorteado de uma parede para outra, antes de conquistar um espaço oculto nas vigas do teto. Lembro-me de um artigo de jornal, lido recentemente, sobre o ataque de uma pequena cidade brasileira por uma multidão de vampiros enraivecidos que haviam ferido vários habitantes. Esta idéia me deixa acordado no grande silêncio da noite. Com a chegada do dia, a algazarra da vida do campo – galos, cachorros, passarinhos e até o som longínquo de um rádio – vem me libertar.

A partida dos caminhões de diaristas

Quarta-feira, quatro horas da manhã. Partimos no escuro para a Princesa Serrana ainda iluminada, para estar presentes à partida dos "diaristas". Isto se passa aqui, nesta encruzilhada informe de ruas e de estradas, enquanto no pé de uma das colinas cujas lu-

zes se apagam à medida que o dia clareia, um mercado de frutas se organiza. Alguns caminhões já estão à espera, com um começo de carga de diaristas espalhados na carroceria, encolhidos contra as grades, sentados nas beiradas ou de pé em pleno meio. Calças e camisas rasgadas, trouxas, velhas bolsas amarradas, um instrumental mais de vagabundos que de trabalhadores.

Homens e crianças afluem a pé pelas ruas, que convergem. Sombras curvadas e solitárias; ninguém em grupo, quase ninguém fala. O silêncio desta multidão é impressionante.

Aparece um caminhão azul e verde coberto de imagens pias e de retratos do Cristo na frente e atrás (todos os caminhões são decorados assim). Conversa com os trabalhadores. Este deixou, há um ano o engenho onde morava e veio para a cidade. Agora, volta para trabalhar lá todas as manhãs. É a plantação de uma usina de açúcar e cerca de quarenta diaristas trabalham nela. Há poucos trabalhadores neste caminhão. Perguntamos por quê. Um homem nos responde. Usa bigodes e costeletas, botas de borracha. Fala rápido, com um jeito muito nervoso, gritando algumas palavras entrecortadas: "Quando é fácil ganhar dinheiro eles vêm. Quando é difícil, não". Os salários? Um homem de azul: "tem quem pague cinqüenta ou cinqüenta e cinco cruzeiros a "quadra" (quadrado de 22m de lado) para desmatar.

– E o corte da cana?

– Sessenta cruzeiros a tonelada para o pessoal de fora da fazenda, cinqüenta e e cinco para os de dentro.

– Por quê esta diferença?

– Para atrair os de fora.

– E as pessoas de dentro não se queixam da diferença?

– Se reclamam, são despedidos.

(A reciprocidade dos patrões da cana teve conseqüências absurdas, inclusive para eles próprios. Apossando-se de todas as parcelas individuais das culturas de subsistência – "roças" – e desencadeando assim deliberadamente um enorme êxodo que lançou os trabalhadores rurais fora dos campos, nos mocambos e nos bairros mais miseráveis da cidade, criaram ao mesmo tempo as condições de uma terrível extensão da fome e tornaram instável e insegura a sua própria mão de obra. A partir daí, não podem nem mais prever de um dia para o outro o número exato de cortadores de cana que terão na plantação. Todo mundo diz que o andamento da empresa tornou-se bem mais difícil que no passado.

– Qual é o salário mínimo?

– Ninguém sabe.

– Que trabalho vocês conseguem fazer por dia?

– É possível fazer mais de uma "quadra", cinqüenta cruzeiros por dia.

– Cinqüenta cruzeiros é para morrer de fome, diz um operário com cara de pirata.

– Vocês estão melhor agora depois que foram para "a rua", na cidade? Ou pior?

– O engenho era pior que a rua. O patrão nos obrigava a trabalhar na plantação, toda a semana, de domingo a domingo.

– Sim, mas agora, em cinco dias de trabalho por semana, nós ganhamos duzentos e cinqüenta cruzeiros. Como alimentar uma família com isto? É impossível!

– E quando termina a colheita de cana, o que vocês fazem?

– Não se faz nada, não há nada. Vai-se aqui um dia, outro dia acolá...

– Durante a estação do açúcar (oito meses, de setembro a maio) os caminhões vêm nos pegar na cidade. Depois, mais nada. Ficamos "no meio do mundo". (O homem que diz isto tem um jeito simpático e triste, os cabelos crespos, bigode, uma velha camisa cinzenta. Ele acha que "na mata" era melhor que aqui, na rua. No engenho podíamos cultivar um pouco para nós.

– Aqui é dez mil vezes mais difícil, diz um velho, estamos quase sempre com fome.

– Quantos vocês são, a partir assim cada dia?

– Oito mil, talvez.

Junto deste que acaba de fornecer o número, há um menino.

– Que idade tem ele?

– Quinze anos. (Parece ter doze)

– Há quanto tempo ele trabalha?

– Há 3 anos. Há muitos meninos que não podem com o instrumento e que o pai obriga a trabalhar.

– Vocês têm sindicatos?

– Não.

– Por quê?

Silêncio. Depois, uma voz: "porque não se pode pagar".

O que tem um jeito simpático, metido numa camisa cinzenta diz: "Tenho uma carteira e não posso pagar". O que fala entrecortado: "E também o sindicato não faz nada. Antes de 1964 era melhor. A gente não ganhava muito, mas o preço das mercadorias era baixo".

– O que é que vocês comem?

– Farinha, feijão.

– Carne?
– Se a gente falar de carne, vai preso.
– Há greves?
– Nenhuma. Greve quer dizer cacete, prisão...
– O que é que vocês acham da volta de Arraes?
– Muitos têm medo de violência..

– Ele pode ajudar a aumentar os salários, diz outro.

– "Nós estamos vivos e esperamos". No momento exato em que o operário diz esta frase, o caminhão parte. São seis e vinte. Uma música longínqua, um samba deteriorado, nos chega das casas pobres que se aglutinam perto do mercado, ao pé de uma das colinas da cidade.

Aproximamo-nos de um outro caminhão que espera com o seu carregamento de homens. Mal fizemos uma pergunta, brota da boléia um indivíduo muito agitado – cabelos cortados rente, óculos, camisa cinzenta, cinqüenta anos, aparência autoritária: "Quem é o senhor? O que é que está fazendo aqui? Que deseja?" Digo que sou um jornalista francês, que estou fazendo uma reportagem sobre o Nordeste. Com isto, parece que se acalmou. É dono de quatro plantações, de 645 hectares ao todo. Que pensa da situação aqui? Começa um discurso cômico: "A situação é boa. Só falta dinheiro. O senhor tem? Ninguém faz agitação, são todos irmãos. É formidável. Não há greve, nada! Todo mundo está satisfeito. O único problema é que não há dinheiro". Os trabalhadores amontoados na carroceria ouvem-no recitar a ladainha; alguns riem por gentileza. Ninguém faz comentários... Com isto, ele volta para a boléia e o caminhão parte imediatamente.

Um terceiro caminhão, entupido. Pretos, caboclos, crianças. Nós subimos na carroceria pra conver-

sar mais facilmente. Os trabalhadores desta plantação ganham cinqüenta e sete cruzeiros por tonelada, e tiram mais ou menos uma tonelada por dia. Moram todos na cidade. "Antes", a maior parte morava no engenho. Mas o patrão pegou todas as roças, parcelas individuais e disse que eles fossem embora. São sindicalizados? Um só, os outros não. Um preto desdentado grita: "Eu ganho trezentos cruzeiros por semana! Trabalho toda a semana para comprar uma sardinha! Onde é que vou buscar dinheiro para pagar o sindicato?" Um velho, de cabelos brancos, com uma cabaça: Além disso, o sindicato não ajuda." Um outro: "Até a assistência médica é rara". Descemos da carroceira. Um tipo sentado na boléia do caminhão, chapéu de vaqueiro na cabeça interpela-nos, com hostilidade: "Que negócio é este?"

– "Jornalista francês". Dá de ombros e faz sinal de partida. (Penso que tudo poderia tornar-se brutal, muito depressa, à menor suspeita de agitação, que deve haver armas nas cabines dos caminhões, capangas prontos a intervir. A polícia não anda longe. Numa cidadezinha próxima, vi a prisão municipal, na beira de uma rua que sobe; uma gaiola pública, com um homem fechado. Atrás da sonolência rotineira desta partida de madrugada, percebe-se uma violência terrível, (em potencial).

Enquanto o caminhão que acabamos de deixar se afasta, uma criança de oito ou nove anos, com os ombros magros saindo pelos rasgões de uma camiseta, agarra-se num mourão e mantém os olhos fixos sobre nós. Seu olhar me perfura.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas

As instalações são modestas: vários cômodos quase nus, sucedem-se uns a outros; uma grande sala de reunião no fundo. No corredor estreito onde esperamos a chegada do presidente do sindicato – que chega pelas sete e meia da manhã – um homem espera conosco. Usa o chapéu de palha dos cortadores de cana, calça velha, sandálias. Tem um jeito bom, um sorriso triste. Explica a alguém do sindicato que passa no corredor (há movimento, a animação do começo do dia) a razão de sua presença. Ontem, seu filho de um mês e seis dias morreu. Ele queria um caixão. Paga a cotização ao sindicato: será que o sindicato pode pagar um caixão para o bebê? Não, o sindicato não paga, diz o tesoureiro, passando a cabeça por uma porta entreaberta. Quando o trabalhador morrer, o sindicato poderá pagar-lhe o caixão. Mas para os filhos, não: É bom ir ver na Prefeitura. Perguntamos ao camponês de que morreu a criança.

– O menino estava doentinho, com diarréia. No sábado levamos ele para o hospital; ficaram com ele um dia depois mandaram de volta.

– Ele estava melhor?

– Não, continuava doente. Ontem, fui trabalhar. Quando voltei, ele estava morto.

– Quantos filhos o senhor tem?

– Seis filhos vivos, seis filhos mortos.

– Com que idade eles morreram?

– Seis meses, um ano, por aí...

As pessoas à nossa volta, no corredor, aprovam: "É, uma criança em duas morre, em geral é isso.

O presidente do sindicato chega e faz-nos entrar no seu pequeno escritório. A porta aberta e as pessoas do corredor se agrupam na entrada para escutar a

conversa. O presidente tem um tipo de índio, é bem moreno. Usa um chapéu jean.

Explicamos que estamos querendo ter uma idéia da evolução da condição dos trabalhadores depois do golpe de estado de 1964. Como era antes, e como ficou?

– Bem. (O presidente do Sindicato faz uma explicação precisa; começa pelos salários).

Em 1963-1964, os salários eram razoáveis: quinhentos e três cruzeiros antigos por dia (depois disto, houve uma mudança na moeda e o cruzeiro novo). Os salários eram pagos por dia e não por tonelada ou por tarefa, como hoje.

– Qual era a tarefa, para um dia?

– Cento e cinqüenta feixes de vinte canas. Cada feixe pesando mais ou menos cinco quilos, fazia 750 quilos, isto para o corte. Para a limpa da mata, tinha-se que fazer uma "quadra". A superfície de uma quadra depende do tipo do mato (ondulada ou não) mas em geral é uma quadra de vinte e dois metros de lado.

– Qual era a duração do dia de trabalho?

– Dependia das condições. Se tudo ia bem, podía-se fazer a tarefa em três horas. Em média, eram precisas cinco ou seis horas para isto.

– Havia dias feriados?

– Algumas fazendas davam o domingo.

– Que aconteceu depois de 1964?

– Os salários foram aumentados, mas, na realidade, com a inflação, o poder aquisitivo baixou. Sobretudo, as "tabelas" (as normas e tarefas gerais para o corte e a limpa) e a definição dos salários e das tarefas ficou "à vontade dos patrões". Eles aproveitaram para aumentar as tarefas, pouco a pouco. De 1964 para cá elas dobraram: onde se fazia 750 quilos, agora se faz 1500.

– Vamos comparar os salários de 1964 e os de hoje.

Como a moeda mudou e que há uma enorme inflação, a comparação é difícil. Toma-se como referência o preço das principais mercadorias – feijão, açúcar, sal, querosene, carne – naquela época e agora.

Reinaldo estabelece um orçamento típico de 1964 e de hoje. Constata-se a baixa muito forte do poder aquisitivo. O camponês que veio pedir um caixão para o filhinho aprova: "naquele tempo a gente comprava mais, e sobretudo, a gente plantava nossos roçados.

No corredor, os camponeses se comprimem com formulários de adesão ao sindicato e papéis de identidade – cuja apresentação é obrigatória. Já agora há muita gente no diminuto escritório do presidente do sindicato. O piso é de cimento, as paredes pintadas de verde. Uma espécie de janela-respiradouro dá um pouco de luz, mas preserva do calor exterior. Ouvem-se vozes na rua.

O presidente do sindicato diz: "Por toda a parte suprimiram os roçados e plantaram cana no lugar" – Todos confirmam o fato.

Reinaldo terminou os cálculos de acordo com os dados do presidente: antigamente, uma família ganhava seiscentos cruzeiros por semana, o que é um mínimo para comer. (Minimíssimo). Hoje, uma família ganha mais ou menos trezentos e oitenta cruzeiros por semana (estes dois algarismos em moeda equivalente, calculados pelo preço das mercadorias).

Assim é que, *depois de 1964, o salário foi dividido por dois* e a *produção diária de cada homem multiplicada por dois*.

– As pessoas estão sabendo disto? Pergunta Reinaldo.

O Presidente faz que sim com a cabeça:

– Todo mundo sabe. E é assim em toda a região da cana.

– A superfície da área plantada de cana aumentou?

– Aumentou em mais de 60%.

– E as outras culturas?

– Desapareceram da região. *A cana invadiu tudo*.

O pai da criança morta dá como exemplo o seu próprio caso: antigamente ele tinha um roçado pequeno, de uma ou duas quadras, entre vinte e quarenta metros de lado...) e ele até podia vender o excedente, quando dava para isso. Agora, acabou, tem que comprar tudo.

– De onde vem a comida, atualmente?

– Do Estado da Paraíba, da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Ceará. (E é certo que o preço do transporte pesa sobre o dos produtos alimentícios de primeira necessidade).

Antes de 1964, o engenho onde trabalhava o presidente do sindicato produzia 5.000 toneladas de cana. O ano passado, produziu 15.000. "Eles aumentaram a área plantada tomando os roçados de todo mundo".

– Os camponeses protestaram?

– Alguns vieram ao sindicato, mas não se podia fazer nada. O patrão cerca o roçado, diz que acabou, não dá nada em troca. Pronto.

– Houve greves?

– Antes de 1964, houve algumas greves. Depois de 1964, nenhuma.

– Disseram-nos que estão novamente falando em greve. Há greves por aqui?

– Há uma campanha coletiva pelo aumento de salário. Se os "homens" (os proprietários) não estiverem de acordo, talvez haja uma greve.

– Quais são as reivindicações?

– Um aumento de salário de 100% e a volta ao sistema da "*tabela*" para a limpa e o corte.

O presidente diz que a condição dos trabalhadores agrícolas é tanto mais dura quanto 80% deles agora moram na cidade (e este fato é geral em toda a zona canavieira). Somente 20% ainda moram "no mato", no campo. Quase todos, portanto, necessitam de caminhões que os recolham para ir trabalhar, e quando a safra da cana termina, é muito difícil para eles encontrar trabalho.

– Que acham da volta de Arraes?

– Eles são analfabetos. Falam pouco, mas falam nisto.

– E o senhor, o que acha?

– Acho que a volta é normal.

– O povo tem medo?

– A classe pobre, não. Todo mundo está contente. Pensam que as coisas vão mudar, ficar como antes. Acho que o sindicato vai trabalhar mais porque com a volta de Arraes, os trabalhadores vão procurar o sindicato.

– O sindicato tem ligações políticas?

– Não. Aliás, é contra a lei.

– E o senhor tem ligações com a Igreja?

– Eu pessoalmente? Vou à missa e volto, é só.

– Os trabalhadores volantes, têm o direito de se inscrever no sindicato?

– Têm, mas não se inscrevem porque não podem pagar. A mensalidade é de 33 cruzeiros. No último dia do mês, o "barracão" pega diretamente o dinheiro para pagar o sindicato dos que estão inscritos. Nesta última semana os trabalhadores ficam em dificuldade.

– Dos 20 ou 25 mil trabalhadores agrícolas do município, quantos são alfabetizados?

– Há cerca de 90% de analfabetos. O pessoal do governo dá outros números, mas a verdade é esta. Aliás, é fácil verificar a forte proporção de analfabetos, basta ver o número de eleitores. (Os analfabetos não têm o direito de votar – o que, aqui exclui das eleições a massa dos trabalhadores agrícolas).

Alguém vai buscar os documentos: em 60.000 habitantes, havia em 1977 *10.938* eleitores na cidade. Uma pequena minoria...

– Qual é o papel do sindicato?

– Durante os quinze anos depois de 1964, o sindicato ficou morto. Agora, com a abertura, há possibilidades. Até o presente, era impossível falar de greve. Agora, já posso falar. O trabalho vai melhorar, a gente vai poder se ocupar de outra coisa que não seja assistência médica.

– O que é que o senhor chama de "abertura"?

– É a anistia. Mas nós já começamos a sentir a coisa depois de 1974, e ficou mais claro no fim de 1977 e no começo de 1978. Nossa federação dos trabalhadores agrícolas começou a fazer reuniões, houve contatos entre os estados. Em maio de 1979 fizemos um Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em Brasília. Discutimos muito...

Esta nova linguagem dos responsáveis do sindicalismo agrícola – que eram inicialmente "*pelegos*", institucionalizados pela ditadura e limitados a uma atividade de assistência social e médica – é a que ouvimos em toda parte, no estado de Pernambuco. Diz-se que isto não pode mais durar, que a miséria é muito grande, que é preciso preparar-se para fazer greve – e às vezes preparam-se efetivamente. O sindicalismo oficial está evoluindo para um sindicalismo de luta de classes, ou trata-se somente de uma manobra para continuar sobrevivendo? Uma coisa é certa: a defesa

do status quo está perdendo terreno e ninguém mais quer aparecer como defensor da ordem estabelecida. Mas as posições variam de acordo com os lugares e os indivíduos – aqui, a presença de um padre, alí os traços de uma antiga liga camponesa. Sem dúvida também não se deve tomar ao pé da letra a firmeza dos discursos. No Brasil, nesta primavera de 1979, há legiões de pessoas que falam contra a ditadura, a fome, a miséria. Mas na ação, são menos numerosos. No que toca o sindicato da "Princesa Serrana", as opiniões estão divididas: "Este sindicato, embora não seja completamente pelego, também não luta muito", dirá um advogado dos sindicatos de trabalhadores agrícolas encontrado alguns dias mais tarde no sul do estado, nas regiões mais planas e com mais vastas plantações de cana. Mas sei que há também rivalidades e conflitos pessoais, que a efervescência da sociedade alimenta. E a massa dos famintos em nome dos quais uns e outros se exprimem fala ainda tão pouco...

Na Varanda

Fomos visitar os patrões de uma usina de açúcar, conhecidos de Reinaldo. Recebem-nos na varanda de sua casa branca, colonial, de onde se domina a usina, – que vomita a fumaça do outro lado de um ribeirão – e as casas operárias – enfileiradas ao longe, nas colinas.

A "casa-grande" (a casa dos patrões) e as "senzalas" (casas dos escravos) permaneceram as mesmas do tempo da escravatura.

O gerente da empresa, genro do proprietário, expõe detalhadamente as dificuldades dos patrões açu-

careiros no Nordeste: o preço mundial do açúcar é muito baixo. (300 dólares a tonelada em vez de 1500 como nos começos da década de 70) os estoques muito elevados; todas as manipulações estão em mãos das grandes "traders" internacionais, essencialmente americanas, que operam na bolsa do açúcar de Londres; ora, o Nordeste é extremamente dependente da exportação: 70% da produção é exportada, quando só produz metade do açúcar brasileiro – mas não tem poder aquisitivo local; a maior parte das terras são excessivamente acidentadas e não permitem a mecanização, o que acentua a diferença dos custos de produção em confronto com a região de São Paulo, bem mais competitiva.

Um detalhe. Estamos avaliando a produção açucareira dos estados de Pernambuco e de Alagoas. "42 milhões de sacas de 60 quilos", diz o gerente, balançando-se para trás na sua cadeira. Mas a partir desta colheita, vamos mudar de base, vamos reduzir o peso dos sacos para 50 quilos, porque o povo está muito fraco e não pode transportá-los. Antigamente era outra coisa. (Tempo dos escravos). Os homens eram fortes e faziam-se sacos de 80 quilos".

Esta observação gravou-se na minha cabeça e perdi o fio da conversa. Lá em baixo, do outro lado, os operários da segunda turma entram na usina, em pequenos grupos. Vão dar duas horas da tarde, eles têm pela frente doze horas de trabalho no "vapor do diabo".

Volta ao Recife

Em pleno dia, a caminho do Recife, a paisagem se desdobra em colinas, verde tremulante: a cana, sempre a cana: Aqui e ali, uma zona marrom escuro

de queimada. Mais raramente, um resto de floresta tropical ou a brecha vermelha de uma terra viva, cortada pela estrada. Enquanto dirige, Reinaldo recita com voz tensa um poema de Ferreira Gullar que sabe de cor, "*a bomba suja*". (Anexo 1)

O fim do poema fala do momento em que a arma da fome cederá o lugar à arma da esperança.

Recife. O professor Nelson Chaves, nutricionista conhecido, é um homem idoso. Trabalha no Instituto Materno-Infantil de um hospital de Pernambuco e vive num apartamento de uma modéstia inusitada, entupido de livros, de documentos e de estatísticas que se relacionam com um único tema: a "carência alimentar". A fome. Eis o que ele diz:

"A fome é a doença mais importante a cuidar neste hospital. 70% das crianças do estado de Pernambuco sofrem de desnutrição. A situação aqui está pior que no sertão (a região semidesértica situada mais ao norte, conhecida como zona das secas e da fome, mas onde o hábito da pecuária mantém uma certa diversidade alimentar e onde a demografia é menos densa). Pior também que no passado.

Durante o período colonial, a situação era melhor. Os escravos recebiam uma boa alimentação porque os senhores zelavam por sua força de trabalho. A seguir, a progressão da fome na economia da plantação foi freiada enquanto subsistiram os roçados, as parcelas individuais. Mas com as grandes fábricas (usinas) e a monocultura açucareira de exportação, o flagelo da monotonia alimentar abateu-se sobre a população. Agora, encontra-se até nas cidades e os camponeses só têm como alimento o feijão preto, a man-

dioca, e excepcionalmente a carne seca, o charque. Ausência de peixe, de leite, de vitaminas.

A má nutrição durante a vida embrionária e os dezoito primeiros meses da infância acarretam a *deficiência mental definitiva*: faltam às crianças até 60% dos neurônios do cérebro e esta desnutrição é irremediável. Outra conseqüência: o tamanho médio dos camponeses diminui. Estamos caminhando para gerações de anões.

(Monotonia alimentar: pode-se morrer assim suavemente, o ventre cheio de um pobre simulacro de alimento, em que as forças vivas não têm mais como se reconstruir. Esta fome sem costelas salientes e sem membros descarnados que rói e destrói de forma também implacável...).

Propus, há dois meses, um plano de urgência para lutar contra a fome no estado de Pernambuco. Seria necessário restaurar a produção alimentar, reconstituir as pequenas culturas de subsistência e os galinheiros.

Seria preciso também fazer qualquer coisa contra as usinas de açúcar que matam os peixes dos rios, jogando neles os seus detritos (calda). Até agora, não tenho nenhuma resposta."

O professor Chaves é muito pessimista. A fome se desenvolve em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos (cita uma revista médica pan-americana). Que fazer, diante desta fúria de destruição da espécie por ela mesma, que leva a destruir os equilíbrios naturais os mais fundamentais? Aqui, o mecanismo de expansão do açúcar, sobre o qual, repousa toda a economia da região, é também o da expansão.

As previsões pessimistas do professor Chaves fazem eco às de um engenheiro brasileiro que encontrei em Paris antes de partir:

"No dia em que se instalaram as primeiras bombas separadas para a carburante tirada do álcool de cana, as populações do Nordeste foram condenadas a uma nova agravação de sua sorte. Enquanto apenas se acrescentava uma parte de álcool (14%) à gasolina, não se precisava de modificar os motores: podia-se ficar no provisório, mudar de política. Daqui em diante, necessita-se de motores especiais. A Volkswagen já os fabrica, os outros vão fabricá-los também. A terceira bomba, significa uma reconversão importante da indústria automobilística, investimentos. Não se pode retroceder. Compreende o que isto significa? A condição para que o custo deste novo carburante não se torne proibitivo é que os salários dos trabalhadores sejam mantidos num nível de miséria. Até o presente, estes trabalhadores agrícolas só tinham diante deles uma classe de proprietários de terras enfraquecidos econômica e politicamente.

Agora, vão defrontar-se também com as poderosas multinacionais do automóvel. E o açúcar ainda vai devorar novas extensões de terras, eliminar o que resta das culturas de subsistência. É a fome do Nordeste que vai fazer rodarem os carros no país inteiro." Dizendo esta última frase, tinha uma expressão de nojo.

2 - CONTABILIDADE

Uma ponta embutida na extremidade do vasto triângulo brasileiro, na região mais próxima da Europa. Assim parece no mapa o estado de Pernambuco, longo retângulo que se encaixa a partir da costa no interior do Nordeste. E de fato, foi exatamente neste lugar que os colonizadores portugueses puseram um dos primeiros drenos por onde iriam, no decurso dos séculos, escoar-se em longa hemorragia as riquezas do Brasil. Primeiro o açúcar.

Três zonas climáticas determinam a repartição das culturas e dos homens neste retângulo que se estende por mais de seiscentos quilômetros. A faixa costeira, região úmida de uns sessenta quilômetros de largura: é a zona da mata, a antiga floresta atlântica, hoje quase inteiramente desbravada e coberta de plantações de cana.

Mais a leste, entra-se no agreste, terra de transição, fracamente irrigada, onde subsistem pequenas

culturas. Enfim, desemboca-se no "sertão" árido das secas e das andanças de onde nascem, desde sempre os grandes medos, as profecias, as rebeliões.

De uma zona para outra e no interior de cada zona, homens e culturas estão em perpétuo movimento.

A própria faixa costeira divide-se por uma linha que passa aproximadamente pela capital do estado. Ao norte do Recife, a "zona da mata norte" região de colinas ocupadas pelas plantações de dimensões médias. Ao sul, "zona da mata sul", mais plana, recortada de grandes propriedades. Esta parte meridional é o feudo tradicional dos senhores do açúcar desde o tempo da colonização portuguesa. A exploração, a repressão, a fome ali são mais duras ainda que no norte.

É aí, bem ao sul da zona da mata que, por ocasião de uma discussão num sindicato de operários agrícolas, fizeram-me a descrição mais precisa do êxito dos cortadores de cana na direção dos mocambos e do esfacelamento da mão de obra rural por estatutos desiguais depois da instauração da ditadura militar.

"Clandestinos" e "fichados"

A sede do sindicato é bem nova. Foi preciso elevar a mensalidade dos aderentes a cinqüenta cruzeiros por mês para financiar esta construção, diz o secretário do sindicato fazendo-nos penetrar no prédio ainda desocupado. A sala parece um refeitório. Arrumaram uma grande mesa recoberta com um oleado, com motivo de frutas e legumes de cores vivas. Há um quadro negro. Uma mulher jovem, sentada no fundo, escuta. O secretário é um preto. Um outro preto, cabeça coberta com um chapéu de palha, senta-se perto dele. Todos estão atentos. Pobreza estudiosa, meticulosa.

Pergunto como evoluiram as condições de vida dos trabalhadores, a partir de 1964.

– De 1964 a 1968, explica o secretário, a coisa ia mais ou menos. De 1968 para cá, deteriorou-se 100%, de tal modo que é até difícil explicar. Diminuiram o salário. O salário só aumenta uma vez por ano, e assim mesmo não acompanha o aumento do custo de vida. O preço das mercadorias, em compensação, aumenta todo dia. Além disso, no engenho o patrão fica sempre com uma parte do salário. Então o camponês deixa o engenho e vai para a cidade.

(As explicações dadas para todas estas partidas são diversas: salários descontados obrigatoriamente pelos patrões; obrigação para trabalhador de cortar cana sete dias em sete; o sistema do "barracão", que obriga o trabalhador a comprar na venda do engenho, ou da usina, onde tudo é mais caro; a ausência de escolas e de tratamento no campo; os patrões que tomam os roçados. Uns dizem simplesmente: "Eu não queria mais ser prisioneiro". Mas qualquer que seja a razão apresentada, o fenômeno é maciço: trocam o campo pela cidade).

O secretário fala do sufoco em que os proprietários mantêm suas plantações:

– O trabalhador que mora nas propriedades está sempre sob a vigilância do patrão. É comum os empregados, os administradores ameaçarem os trabalhadores. Alguns resistem, outros partem. No meu caso, vieram me prender no meu trabalho. Um investigador de polícia, mandado pela usina que possue as terras. Resisti e finalmente fiquei. Mas quase sempre o trabalhador vai embora.

– E depois?

– Depois, quando está na cidade, volta para trabalhar como "clandestino".

O que quer dizer que ele trabalha por dia, sem contrato. A maioria dos "clandestinos" mora em mocambos – mas há os que moram nas propriedades. Alguns trabalham em caráter temporário através de "empreiteiros", (contratadores que recebem uma porcentagem pelos trabalhadores que conseguem para um mesmo patrão). Os outros, os que têm carteira assinada, são chamados de "fichados". Dizem também "direitos", legais.

O número de fichados não cessa de diminuir. Os patrões das plantações não têm interesse no contrato, que lhes custa o INPS e outras despesas. Os "fichados" são obrigatoriamente sindicalizados e a sua mensalidade descontada em folha na hora do pagamento.

(Na França, de uns dez anos para cá, o número de trabalhadores sem estatuto, interinos, subcontratados, cresceu fortemente. Divisão da força de trabalho e multiplicação das categorias precárias. Fico sempre surpreso ao descobrir a unidade dos métodos de gestão capitalista, dos centros mais ricos aos dependentes mais miseráveis. Como faz este sistema para penetrar até aí com tanta precisão?.)

No nosso município, prossegue o secretário, a maioria dos trabalhadores é de "clandestinos". Vão buscá-los em caminhões, a metade nos mocambos do município, a outra metade ainda mais longe. Foi a partir de 1968 que esta migração de campo para as cidades se acelerou.

– Na ocasião da tomada dos roçados?

(O preço mundial do açúcar subia, os patrões queriam cana por toda a parte. A repressão era mais forte do que nunca, no campo: quem poderia contê-los?)

– E! Aqui, são os "sítios", as hortas.

– E atualmente, em que ficamos?

– De 800 trabalhadores agrícolas do município, cerca de 2500 são "fichados", o resto clandestino. Certos trabalhadores temporários vêm de muito mais longe, do agreste, trabalhar nas plantações por períodos de quinze dias. Chamam-nos de "corumbas". A época da moagem da cana corresponde a um emprego importante de todos estes "clandestinos", "corumbas", "bóias-frias": os caminhões trazem carregamentos enormes destes homens, arrebanhados pelos empreiteiros nos pontos de reunião das cidades, dos mocambos, dos vilarejos.

Falamos do sistema de remuneração. Os "fichados", explica o secretário, têm um caderno onde são feitas as suas contas. Recentemente, o salário mínimo era de 37,04 cruzeiros por dia. É o que está escrito na ficha. Mas se o trabalhador ultrapassa a norma, inscreve-se outro pagamento, não declarado, num outro caderno, e para isto faz-se uma folha suplementar cada quinze dias.

Os operários sentados em volta da mesa interferem: as explicações do secretário não lhes parecem totalmente exatas. Cada um dá a sua. O secretário desdiz-se várias vezes e termina por embrulhar-se de vez nesta parca aritmética da miséria. As astúcias da contabilidade que não conseguimos destrinchar referem-se a somas de um ou dois francos por dia, às vezes poucos centavos. Há, no contraste entre esta minúcia dos estatutos, das fichas, dos descontos, dos cálculos, das diferenças (toda uma organização detalhada do fracionamento da força de trabalho) e o total irrisório das somas pagas, algo de esmagador.

Um homem acaba de entrar. Grande, magro, camisa aberta, óculos. Ar ativo. É o advogado do sindicato (e de outros sindicatos do estado).

Poderia explicar-nos? Traça no quadro negro umas colunas: o "clandestino", assim como o fichado, recebe cada dia uma folha oficial com o salário mínimo, uma folha por semana, uma folha por quinzena... Escreve as somas. Não dá certo. Nova confusão.

Vamos deixar os detalhes das fichas de pagamento, diz o advogado. O essencial é compreender o mecanismo do reajustamento anual do salário, que deveria alcançar o nível da inflação e que rói cada vez mais os salários dos trabalhadores. O aumento salarial, a que procede o governo todo ano no mês de maio só se relaciona com o salário mínimo. Assim, no mês de maio passado, um decreto elevou o salário de 37,04 cruzeiros a 54,80. Mas como, por tarefa, os trabalhadores então ganhavam entre 60 e 80 cruzeiros, este reajustamento não lhes traz nenhum benefício. Assim, o governo pode anunciar que aumentou os salários de 44,6%, embora aqui os trabalhadores não vejam nenhuma diferença, e ao contrário, se empobreçam cada dia, à medida que os preços aumentam.

Um período terrível

O advogado fala, por sua vez, da evolução da condição dos trabalhadores agrícolas depois de 1964. Há alguns anos trabalha nos diferentes municípios do estado. Pôde reunir dados, ter uma visão de conjunto. Distingue fases, na repressão e no êxodo, (os dois estão ligados).

– Em 1964, o governo praticou a "intervenção" (substituindo autoritariamente a direção) em trinta e dois sindicatos rurais do estado de Pernambuco.

Em 1968-1969, os patrões pensavam que haviam ganho a "revolução": começaram as expulsões em massa. Este foi o período terrível do presidente Médici. Em 1972, todo mundo tinha medo. Barata, o ministro do Trabalho, suprimiu a imunidade dos delegados. Com Geisel, as coisas começaram a melhorar. Mas, neste momento, 70% dos trabalhadores já tinham sido postos na rua. Já se chega a 80%. Na zona norte do Estado, como houve menos intervenções do governo, houve menos expulsões. Mas a região sul, onde estamos, foi uma região de grande implantação das ligas camponesas: depois de 1964 sofreu uma repressão terrível.

De 1974 a 1978, tivemos um período de transição. As intervenções do governo nos sindicatos cessaram. Novamente discutiu-se a aplicação das leis do trabalho. Para nós, a situação era ambígua. Podíamos levar nossas queixas com toda liberdade às autoridades, com a condição de nada revelar à imprensa. Desde que algo vinha a público, a repressão voltava. A polícia vigiava até mesmo os boletins internos dos sindicatos e não podíamos nos exprimir abertamente por este meio.

– E agora, vocês acham que um novo período está começando?

– Veja, agora mesmo deve começar a greve geral da cana, se os patrões não concederem 100% de aumento dos salários, a volta às "tabelas" (normas gerais de rendimento) e os outros direitos que reivindicamos. Quando esta greve estourar, veremos se estamos ou não num período novo.

(Veremos então se a polícia entra nos sindicatos, se os responsáveis são presos e espancados, se os vigias armados dos latifundiários atiram nos piquetes de greve... Em volta da mesa todos continuam em pensamento a conclusão do advogado, que não diz mais nada).

Um momento de expectativa.

A voz quebrada de um preto velho e desdentado vem romper o silêncio: – Aqui, o problema é a fome. Muitas vezes durmo sem comer. Ganho 52 cruzeiros por dia. Minha mulher me pergunta sem cessar o que vou fazer para dar de comer a meus oito filhos. Às vezes, só temos um peixinho para dar aos oito.

Balança a cabeça, olha-nos um por um, e diz, num tom queixoso – a voz quebrada torna-se um gemido de verdade:

– Tenho fome como a égua no cio! Aqui, o povo sofre demais. Como se pode viver, dez pessoas, com cinqüenta cruzeiros por dia?

(Sim, como se pode viver com cinco cruzeiros por dia por pessoa?). Imaginem um instante...

– Mas é diferente, lá é tudo mais barato...

– Não, só o homem é barato. Nas cidadezinhas do nordeste brasileiro a carne custa mais ou menos o que custa no seu açougue. Por uma refeição no restaurante, você vai gastar uma soma equivalente à que gasta em Paris. Em Recife, na praia, um copo de água de coco tirado dos coqueiros que existem em quantidade, custa dez cruzeiros, 1,50 francos.

– A colheita, os produtos do campo?

– Quase nada. O açúcar comeu tudo. A alimentação só é encontrada nas vendas.

O sol se põe. As vidraças ganham um tom avermelhado, que se reflete em torno da mesa.

O velho diz novamente que está com fome. No seu rosto enrugado, parece que há reflexos sangrentos.

– Você mora no engenho?

– Moro há vinte e cinco anos.

– Você é "fichado"?

– Sou, sou, tenho todos os documentos do mundo!

Uma Fome Moderna

Morrer de fome com todos os documentos do mundo, contrato de trabalho, seguro, folha de pagamento. Morrer de fome pelo "modelo exportador" e o ingresso de divisas.

À medida que eu recolhia depoimentos e dados, a fome aparecia-me com uma terrível nitidez como a própria matéria e o produto de um dispositivo complicado até o refinamento. A fome não era uma simples ausência espetacular, quase acidental, de alimentos disponíveis – como nos é apresentada quando se faz crer que bastaria para aplicá-la, movimentos de caridade, socorros de urgência. A fome do nordeste era uma parte essencial do que o poder militar chamava de "desenvolvimento" do Brasil. Não era uma fome simples, uma fome primitiva. Era uma fome elaborada, uma fome aperfeiçoada, uma fome em plena ascensão, numa palavra, uma fome moderna. Via-se assim avançar por ondas, chamadas planos econômicos, projetos de desenvolvimento, pelos industriais, medidas de incentivo ao investimento, mecanização e modernização da agricultura. Era mesmo preciso muito trabalho para reduzir esta fome. De fato, um grande número de pessoas trabalhava para isto com afinco. Atarefavam-se nos prédios, nos escritórios, nos palácios e em toda sorte de postos de comando e

de controle. Esta fome zumbia com as licenças de compras passadas por telex, com as *linhas* de crédito em dólares, marcos, francos, yens, com as operações febris das "commodities markets" (as bolsas de matérias-primas, onde os especuladores vendem, revendem, compram, recompram dez, quinze, trinta vezes o mesmo lote de açúcar, de cacau ou de algodão antes da colheita, fazendo cair ou subir os preços, sempre de modo a concentrar os benefícios e a espoliar o pequeno produtor direto), de transações fundiárias de antecipações, de astúcias e de boas jogadas. Não se acabava mais de entrar nos detalhes da produção desta fome. Comerciantes, armadores, banqueiros, chefes de empresas, técnicos, homens de negócios tinham nela sua parte, e um exército de intermediários, corretores e negociantes. E os escritórios de projetos, os institutos de planificação. E generais, homens políticos, policiais, administrações inteiras. E todas estas pessoas conseguiam fazer jorrar desta fome comissões, benefícios, lucros, rendas, aluguéis, dividendos... Sim, de fato, a organização minuciosa do desenvolvimento desta fome aparecia-me como uma coisa prodigiosa.

Por suas próprias características, esta fome confundia-se com o desenvolvimento do modo de produção, monocultura açucareira, monotonia alimentar. Uma fome lenta, paciente, uma fome que *mordisca*, progredindo ao ritmo da economia de mercado.

A produção sistemática de uma humanidade subalterna, reduzida a uma existência quase vegetativa, mas donde o capitalismo retirava uma força de trabalho.

Não era um prodígio de economia política moderna, o fato de, à força de paciência, (um centavo é um centavo: aqui, diminuindo um pouco o salário/hora, ali alterando o índice de inflação, além recu-

perando vinte metros quadrados de horta para plantar cana) conseguir transformar tudo em fome: trabalho, colheita, subvenções, investimentos?

Cada um estava incorporado a esta economia da fome por um meio adequado: havia os específicos para os sedentários, para os nômades, para os permanentes e para os temporários, para os trabalhadores, para os pequenos proprietários... Descobria, conversando com os trabalhadores do campo e os pequenos cultivadores da zona da mata a complexidade do sistema de esmagamento que os agarrava, um por um nas terras do agreste, nas plantações de cana, nos mocambos e nas praças de embarque dos caminhões de trabalhadores, que os arrancavam às suas culturas e às suas parcelas, que desvalorizava suas colheitas e seu trabalho, que os dividia em categorias múltiplas, que os expulsava para outras regiões.

Aqui, este velho trabalhador agrícola, faminto mas munido de "todos os documentos do mundo".

Além, os pequenos proprietários arruinados por colheitas abundantes.

Os pequenos proprietários

No limite da "zona da mata" e do "agreste", no oeste do estado de Pernambuco, pequenos proprietários participam das reuniões dos trabalhadores agrícolas.

Entre o verdadeiro proprietário, munido de um título, mas que só possui alguns hectares de terra pobre, o posseiro, sem título, sempre ameaçado de expulsão, o meeiro, o assalariado intermitente, o diarista, o permanente que conserva uma parcela de terra, a fronteira não é rígida. Se teoricamente, antes de 1964,

quando existia uma certa liberdade de organização, a liga camponesa agrupava os pequenos proprietários agrícolas para o aumento dos salários, os dois muitas vezes se misturavam, e a liga sempre reivindicava a mesma base de recrutamento que o sindicato, procurando quando possível, aliar-se a ele. Hoje ainda, após quinze anos de repressão, depois dos desmantelamentos, das torturas, das execuções reencontro os vestígios deste entrelaçamento.

Um município do oeste do estado. O sindicato conta entre os seus membros pequenos proprietários. Cerca de 30% dos trabalhadores sindicalizados são pequenos proprietários ou posseiros. O próprio presidente do sindicato, lá posto como interventor pela ditadura de 1964, possui seis hectares.

Aqui, um grupo de camponeses. Pretos, caboclos, ou dois brancos. Pequenas superfícies.

– Eu sou posseiro, diz um preto, tenho quatro hectares.

– Eu, tenho dois.

– Pode-se viver com dois hectares?

– Não, não se pode. (Faz uma careta). São terras secas, sem irrigação. Para viver, trabalho também como pedreiro, por fora.

Um velho camponês declara dez hectares. Mandioca, frutas. "Tenho leitura", acrescenta ele, fazendo o inventário das suas posses.

– Os trabalhadores agrícolas reclamam aumento de salário. E os pequenos proprietários que estão aqui, o que querem?

É o velho que "tem leitura" que responde. Os outros aprovam o que ele diz com gestos de cabeça.

– Querem que acabe a burocracia dos bancos e do poder, e obter os empréstimos de dinheiro a juros baixos, para comprar de material. Que se formem

cooperativas para garantir o preço dos produtos. Atualmente, em todo o estado de Pernambuco, há somente uma dezena de cooperativas, o que não é nada. Esta questão do preço dos produtos é vital para os pequenos proprietários. Atualmente, estavam estrangulados. Veja por exemplo o preço do feijão no agreste, o ano passado. Na hora de plantar, pagamos o feijão a 1200 cruzeiros o saco (60 quilos). Todo mundo se endividou para comprar as sementes. E na hora de vender, na colheita, que foi boa, tiramos 300 cruzeiros por saco! Muitos venderam toda a colheita sem conseguir pagar os bancos. Assim, até uma boa colheita nos afunda ainda mais na miséria! É a mesma coisa em toda parte. Na mata, no agreste. O que nós colhemos não tem valor. Quanto maior a colheita, maior a fome.

– Mas o preço da alimentação é muito alto. Para onde vai a diferença?

– O comércio. Aqui, o comércio é do diabo. Não há qualquer controle. A colheita dura três meses, é um período de louco. O comerciante quer comprar tudo (por um preço baixo), bem barato. Depois, vende caro. O governo deixa. Na verdade, o governo só se interessa pela agricultura de exportação.

A extroversão

O mecanismo geral que estrangula as populações do Terceiro Mundo é conhecido; foi muitas vezes analisado. *A extroversão da economia.* A agricultura destes países não deverá mais servir para alimentar as suas populações, mas para produzir divisas. Com exceção do consumo dos bolsões industrializados, para onde aflui a maior parte dos bens disponíveis, tudo o

que resta, destinado ao mercado interno, a satisfazer as necessidades locais, é considerado como uma perda. A pressão conjugada dos estados credores, do Fundo Monetário Internacional, das firmas detentoras de tecnologia avançada, dos bancos, das potências político-militares centrais, constrange os países que estão na sua dependência a voltar cada vez mais suas economias para o exterior, a procurar com frenesi a chave do crescimento na importação de capitais e de tecnologia, no afluxo de investimentos. O que é chamado de "desenvolvimento".

Mas esta forma de economia vem de par com um endividamento cada vez mais pesado. É preciso reembolsar os empréstimos, pagar os interesses. A dívida torna-se um câncer que corrói uma a uma as células da economia local. A engrenagem leva a exportar sempre mais. Amendoim, algodão, café, açúcar, cacau, carne. Em todo o Terceiro Mundo, as culturas de subsistência destinadas à população diminuem. Por toda a parte, as culturas de exportação destinadas aos nossos países imperiais ganham terreno. Para as nossas lojas afluem o açúcar, o óleo, o chocolate, a carne, e para as nossas indústrias pesadas as matérias-primas que devoram. Aqui, a terra falta ao camponês, o êxodo rural incha as favelas. A carência alimentar progride e às vezes, com um só bote, a fome engole centenas de milhares de homens, de mulheres, de crianças.

Quanto mais as economias do Terceiro Mundo se abrem para o mercado mundial, mais a massa de suas populações se enterra na privação – enquanto algumas minorias locais se fortalecem e a potência das sociedades multinacionais engorda cada ano.

O regime militar instaurado em 1964 jogou alto na abertura do Brasil aos capitais estrangeiros. Quinze anos depois, em 1979, a dívida externa do país atin-

ge a soma prodigiosa de 50 bilhões de dólares. Uma das dívidas externas mais altas do mundo. O número dado parece abstrato. Mas tem uma significação concreta imediata: é preciso pagar de juros mais de sete bilhões de dólares por ano, independentemente dos reembolsos. Só o serviço da dívida exige que se venda cada vez mais açúcar, café, minerais... A dívida é uma bomba que drena os recursos para os países ricos.

E mesmo no interior do Brasil, na região Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo) e algumas outras ilhas bem delimitadas, neste imenso território, concentram todos os recursos disponíveis no desenvolvimento industrial, acumulam o dinheiro, os equipamentos, o potencial técnico, os quadros, os meios de pesquisa, reproduzindo em relação ao distante nordeste e as outras regiões subalternas as relações de exploração e de pilhagem que as grandes potências imperialistas mantêm com o Brasil inteiro.

O Nordeste, com seus 35 milhões de habitantes constitui um país. Alguns dizem que é uma colônia. Um campo de concentração, escrevia Julião, o dirigente das ligas camponesas, exilado depois do golpe de estado:

"Nenhum dos homens que viram o Nordeste e que o estudaram pôde conter o grito de revolta diante deste campo de concentração, onde definham 20 milhões de criaturas humanas esfomeadas. O camponês do Nordeste, angustiado pela falta de terra, encurralado pelo grande proprietário, flagelado pela seca, é, dentre todos os brasileiros, o que viaja mais e o que se fixa menos. Encontra-se em toda parte, valente, empreendedor, obcecado por sua região, pela terra que é associada à água, à abundância, ao cavalo. Partida inútil, fuga vã. Em todo lugar, encontra a mesma realidade, quando não pior: o trabalho nos seringais

do Amazonas, do arroz no São Francisco, do café no Paraná..." (Cambão, Paris, Maspero, 1968).

A política econômica do regime militar acelerou o desenraizamento das populações. A liberdade dada aos proprietários de terras de expulsar meeiros e posseiros de pequenas parcelas, a extensão do açúcar e das culturas de exportação, a venda maciça de terras às multinacionais (Pechiney, Volkswagen e muitas outras utilizaram seus lucros no Brasil para adquirir imensas áreas), a eliminação sistemática dos posseiros (desprovidos de título de propriedade), a especulação fundiária, a política das grandes obras e dos pólos de desenvolvimento multiplicaram os pontos hemorrágicos.

No sul industrial chamam-nos de "pau-de-arara" (nome dos caminhões sumariamente equipados onde são amontoados para a viagem, apoiados em varas de madeira) estes emigrados do interior expulsos pela miséria nordestina. Os canteiros do "milagre" sugaram-nos para os subúrbios operários do Centro-Sul, para as minas de ferro de Minas, ou devorados pela transamazônica aberta contra a floresta virgem e logo cicatrizada pelas chuvas e pela lama. O filme "Iracema" cujo personagem principal é uma pequena prostituta índia sacolejada de caminhão pelas pistas poeirentas, entre os acampamentos e bordéis ocasionais, mostra um destes carregamentos de operários, que um mercador de homens negocia de domínio em domínio na Amazônia, como outrora se fazia com os escravos: homens e mulheres à venda, para qualquer trabalho, com algumas prostitutas por prêmio, a milhares de quilômetros de quilômetros de sua região natal.

Alguns vêm simplesmente morrer aos pés dos arranha-céus do Rio de Janeiro, ou contra os tapumes

do metrô em construção, pequenos amontoados humanos encolhidos em farrapos, demasiadamente fracos ou cansados, que o passante apressado nem nota mais.

Lembro-me de que tinha frio, entre os arranhacéus da avenida Rio Branco, a grande artéria dos negócios, quando, em pleno dezembro de 1976, no verão tropical, ia, de um escritório para outro, procurar dados sobre a economia brasileira. Fazia mais de trinta graus e este calor de dezembro já não me aquecia.

Uma Economista

No Rio de Janeiro em 1976, eu havia encontrado Maria da Conceição Tavares, uma das economistas mais conhecidas dos inícios da CEPAL (Comissão Econômica da ONU para o desenvolvimento da América Latina), que tinha desempenhado um papel central na formação das doutrinas de desenvolvimento no sub-continente. Fiz-lhe inúmeras perguntas sobre a situação econômica. E para terminar, esta.

– Na sua opinião, o que irá acontecer?

Até ali, ela havia respondido longamente, sem titubeios, a todas as questões levantadas. Tinha feito uma longa exposição, recheada de algarismos, sobre a inflação, o ciclo brasileiro nas suas relações com os ciclos capitalistas mundiais, a parte dos bens de equipamento nas importações, a dívida externa, as desproporções dos intercâmbios interindustriais – falando rápido, com esta espécie de secura raivosa comum a muitos intelectuais portugueses, que havia conservado durante todos estes anos passados longe de Portugal.

Estacou, surpreendida pela minha pergunta. Olhou-me fixamente e disse: – O que isto vai ser? Nada! Vai continuar estagnado como está...

E fui assaltado pela evidência do imenso apodrecimento que todos estes algarismos significavam.

3 – O Despertar de um movimento camponês

Este domingo 30 de setembro será uma data importante para os trabalhadores da cana de açúcar em todo o estado de Pernambuco. Os sindicatos de vinte e dois municípios organizam assembléias gerais em que deve ser votada uma greve. Cem mil trabalhadores são atingidos. Dois municípios, os de São Lourenço da Mata e de Pau d'Alho já se pronunciaram pela greve, há alguns dias: a partir de segunda feira 1º de outubro, na expiração do prazo legal, os dezoito mil trabalhadores desta zona cessarão o trabalho. Todo este procedimento – voto secreto em assembléias gerais convocadas pelos sindicatos oficiais, abertura de negociações com os patrões e o Ministério do Trabalho, durante as quais a greve não pode ser declarada, prazo antes de começar a greve – é prescrito pela célebre *lei de greve* instaurada pela ditadura. E a greve só será considerada "legal" se for rigorosamente respeitado (e pode-se supor, mas sem ter certeza, que isto

evitaria que os responsáveis sindicais pudessem ser presos logo no início do movimento).

Uma greve "legal" no Estado de Pernambuco seria a primeira: até o presente, não fora possível, em nenhum dos conflitos sociais que eclodiram estes últimos anos no Brasil, reunir as condições requeridas pela "lei de greve".

E aos olhos de um grande número de trabalhadores, esta "lei de greve" é essencialmente uma lei de interdição de greves, bem empacotada pelos procedimentos de "conciliação", tais como os sabem urdir os regimes fortes. Entretanto, nem tudo parece estar decidido previamente neste fim de setembro na região do açúcar. Não estaria dentro dos interesses do governo, engajado nas obras de refecção da fachada do regime, a chamada "abertura", deixar desenvolver-se pelo menos uma greve "legal", para demonstrar que nem todas as greves são proibidas e defender uma lei atacada por todos os lados?

Vejam como esta situação social é complicada: alguns dizem que os próprios patrões do açúcar seriam complacentes com movimento grevista que lhes desse a possibilidade de reclamar do governo um aumento do preço do açúcar (que lhes é comprado pelo Instituto do Açúcar a preço fixo).

Claro que é preciso ter precauções com esta interpretação: vi, aqui e acolá, produtores de cana e usineiros reprimir com vigor a "agitação grevista" dos sindicatos e ameaçar os trabalhadores de represálias ao menor sinal de movimento.

Da parte dos sindicatos, reunidos na FETAR (Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco) conta-se muito com a preparação desta greve para reforçar sua posição e reagir a uma situação cada

vez mais catastrófica. Mas poderiam eles realmente partir para enfrentar o patronato açucareiro?

Em todo caso, os operários estão prontos a fazer alguma coisa. A fome, a miséria são tais que esperar é resignar-se a morrer em silêncio. É preciso imediatamente um aumento de salário.

... rumores, temores, esperanças. Em todo o estado, o campo se mobiliza para o voto do dia 30 de setembro. Em princípio, as assembléias camponesas terão lugar a portas fechadas, sem jornalistas. Temem-se batidas da polícia, e, além disto, certas votações poderão ser delicadas, de tal modo é complexo o dispositivo legal referente à greve e os diferentes estatutos dos trabalhadores (é vago na interpretação do número de sindicalizados e do quorum). Os sindicatos preferem que haja o menos possível de observadores externos. Mas Antônio, um amigo que é assessor de um sindicato (assim são chamados os colaboradores economistas, contabilistas, advogados – muitas vezes membros de organizações da Igreja, como a "Pastoral da Terra", o que não é o caso de Antônio) vai levar-me à assembléia, mas com a condição de estar coberto (credenciado devidamente, para o caso em que as coisas se deteriorem).

Partimos no sábado, porque Antônio deve participar de uma reunião de preparação da assembléia, e das últimas distribuições de panfletos nas plantações.

No ônibus superlotado que nos leva para a cidade de N, Antônio conta-me como a direção do sindicato, assessores incluídos, foi convocada a ir ao Recife há alguns dias: "Tinham-nos indicado o local como sendo o da Inspetoria do Trabalho. Mas ao chegar, deparamo-nos face a face com o Serviço Nacional de

Informações. Um coronel de uns sessenta anos, muito amável, deu-nos uma aula de economia: por quê vocês querem greve? Os patrões não podem pagar; vocês sabem o preço do açúcar? Vocês sabem que há uma crise? Miguel, o presidente do sindicato respondeu que os patrões se queixam sempre, mas que para eles tudo vai bem, a prova é que as áreas de plantação de cana dobraram. O coronel, – ele mesmo de uma família de patrões do açúcar era polido e gracejava conosco, mas na saída, fomos enquadrados por dois tipos cujo aspecto patibular me deu frio na espinha".

Estamos em N., importante centro comercial. Balbúrdia à chegada do ônibus. Vamos diretamente à sede do sindicato.

Preparativos

Subimos ao primeiro andar de um pequeno prédio de cor azul, cujo andar térreo é reservado às atividades médicas do sindicato – dentista, farmácia... Na escada e nos corredores,trabalhadores agrícolas com o chapéu de palha dos cortadores de cana vão e vêm. Mulheres e crianças se comprimem num canto que é a cozinha. A sala de reunião é bastante ampla. No fundo, poltronas de madeira unidas em fileiras como nas salas de cinema, estão empilhadas. As paredes são cor de rosa, há alguns cartazes. A janela dá para uma vasta extensão, praça e terreno baldio.

Antônio me apresenta. Um homem muito gordo, suado, que parece um mexicano de cinema (um destes enormes donos de hospedaria que encarnam, nos velhos filmes em preto e branco, o desespero, o alcoolismo, os tráficos miseráveis de uma América Latina mítica de fim de mundo), precipita-se para mim, repe-

tindo uma frase que só identifico na terceira vez: "Como é que você se chama?" enunciada num francês aproximativo. Ri e fala alto. Conhece o Brasil? Conhece a Pitu (aguardente)? Leva-me para a cozinha, para oferecer-me um gole de Pitu. Com a barba mal feita, os olhos exorbitantes, peito nu, a camisa quadriculada cinza desbotado, tem um ar simpático e vulnerável. Chamam-no, a reunião começa. * Resignado, ocupa o seu lugar na mesa, frente a uma máquina de escrever antiga, que utiliza com dois dedos – tem no sindicato função de secretário. Em que ponto está a propaganda no campo para a assembléia de amanhã. Um preto está falando das ameaças que recebeu de um "dono de engenho". O cabo da plantação implicou particularmente com ele porque convidava os camponeses a virem à reunião.

– Eu disse ao cabo: sou pai de família como o senhor, não estou atrás de briga. Ele me responde: você agita o povo, é um agitador e um grevista. Eu disse: sou o representante do sindicato na plantação. O que tiver de acontecer, aconteça".

– Você sabe que o nosso movimento é legal, diz Antônio. Hoje mesmo vamos visitar uma plantação onde, há alguns dias nos proibiram de distribuir os panfletos, e desta vez vamos com a proteção da polícia, porque o juiz nos deu razão".

O preto balança a cabeça, pouco convencido.

Cada qual descreve a situação nas plantações que conhece. Tenta-se prever quantos operários virão à assembléia.

– A Serra?

* Nada de Pitu.

– Eles têm medo. São clandestinos. Lá há setecentas pessoas que trabalham no corte, na limpa, na moagem.

– Todos têm medo?

– A maioria. Talvez uns vinte venham à assembléia. Fala-se de uma favela próxima, da qual se espera um certo número de moradores. – "Não se preocupe, diz Antônio. O mundo não foi feito num dia. O que importa é que as pessoas compreendam porque haverá uma greve. Se quiserem participar, participem. E acrescenta, virando-se para mim: "Estes quinze anos marcaram: todo mundo tem medo". Depois, lembrando a reunião: "Se eles não vierem, o trabalho vai continuar durante a próxima semana. Se eles ficarem com medo e não vierem à assembléia amanhã, deveremos ir ver os que não vieram, perguntar porque eles têm medo".

Todos se apertam em volta da mesa para dar detalhes sobre tal ou qual plantação. Há umas dez pessoas. Miguel senta-se no lugar de honra – é o presidente do sindicato – moreno, rosto largo, bastos bigodes; não é trabalhador agrícola, e sim pequeno proprietário; formado pela Igreja, foi posto como interventor na direção do sindicato a partir do golpe militar de 1964. O "mexicano" bate ruidosamente à máquina. Procura-se fixar o programa do dia. Todos falam ao mesmo tempo. Algazarra. Riso estridente do "mexicano", na ponta da mesa dois homens, caras fechadas, esculpidas a lâmina de faca, usando chapéus pretos, permanecem silenciosos e impassíveis. Estes dois homens, disseram-me, participaram da fundação das ligas camponesas em N., no início dos anos sessenta. Atualmente são membros do sindicato, mas alguma coisa em suas atitudes os mantém à parte.

Um jovem alto e magro, João, segura a lista dos que devem participar da reunião e faz a chamada. João, assessor do sindicato como Antônio, é empregado da "Pastoral da Terra", uma das organizações da Igreja no meio rural. Todos levantam a mão ao ouvir o nome. Acalmam-se. O "mexicano" leva a máquina para uma outra mesa. A reunião vai começar de verdade.

Olho à minha volta os cartazes e as inscrições. São cartazes publicitários que representam instrumentos agrícolas, adubos, pesticidas, a que foram acrescentadas palavras de ordem a lápis: "A união faz a força". "Tudo depende do esforço de cada um". "É com o trabalho que se constrói o Brasil". Um painel com grandes letras escritas a normógrafo ostenta: "A autoridade que impede ou tenta impedir o legítimo exercício da greve, será perseguida de acordo com a legislação em vigor. Artigo 31 da lei de greve".

"A reunião só pode durar uma hora", avisa-me Antônio. Depois temos que transportar um doente. Temos que dar o carro, sempre o sindicato-assistencialista. Somos devorados pelos problemas médicos."

Antônio explica a todos como vai ser a votação amanhã. Cada inscrito receberá um envelope com dois boletins: "sim", de cor verde, pela greve; "não" de cor amarela, contra. – Precisa-se dizer alguma coisa quando se vota?" pergunta o "mexicano", do outro lado da sala. "Não", responde Antônio, bota-se o boletim na urna sem falar. E depois de votar, assina-se ou deixa-se a impressão digital na lista de votação".

Um incidente interrompe estas explicações, que todos ouviram atentamente. Miguel, o presidente, interpela bruscamente um ruivo de bigodes, camisa alaranjada e chapéu, que está mais recuado e escuta tudo

que está sendo dito: – "Você é membro do sindicato?" – "Sou", – "Mostre a carteira!" O outro mostra-a, Miguel decifra-a desconfiado. "Está bem, venha sentar-se".

O homem ri: "gosto de ficar em pé".

Antônio retoma o assunto: "É preciso andar rápido com a votação, porque talvez sejam umas três mil pessoas. Se demorar, levaremos umas dez horas. É preciso fazer tudo em cinco ou seis horas. Dividiremos os votantes em seis seções". "Qual é o quorum?" pergunta um deles. "Mil e duzentos" responde João – "E quem tem o direito de votar? Só os membros do sindicato?" – "Só. Tem que estar nas listas".

– "Não é obrigado" diz outro. Segue-se uma discussão complicada.

Enquanto isto, descobriu-se que o homem de camisa alaranjada de quem Miguel desconfiara é primo de um dos responsáveis do sindicato. – "Venha, venha, companheiro, a gente não sabia, devia ter dito, sente-se aqui na mesa." Cercam-no, insistem, fazem-no sentar-se. O presidente: "Há alguns anos, um tipo que ninguém conhecia veio a uma reunião, depois foi dizer ao Quarto Exército que estávamos fazendo uma reunião subversiva. Você compreende? Desculpe, viu?".

Antônio domina estas efusões para organizar com João as seis seções de voto (eleição) entre os responsáveis do sindicato. Cada um ficará com cerca de seiscentos eleitores potenciais, agrupados por plantação. – "Alguma pergunta?" – "Eu tenho. Não me deram a seção de voto. O que é que eu faço?" – "Você vai ser o animador da sala. Agora, as coisas a comprar: canetas, esteiras com as quais serão feitas as cabines indevassáveis.

João: "Tem-se que organizar uma comissão para as merendas, senão, o pessoal vai embora porque está com fome, antes que o voto esteja terminado. Foi o que se passou em S".

Faz-se a conta do dinheiro necessário à compra de pão e refrigerantes. Chega o tesoureiro, homem de idade madura, grisalho, que fica perto da porta.

Miguel chama-o. (Antônio explica: "Ele tem um certo medo e procura ficar fora do assunto. O presidente quer comprometê-lo, por isso pede que ele compre o pão para a assembléia). O sindicato é pobre, calcula-se tudo pelo mínimo. Finalmente, tudo fica decidido. Em volta da mesa todos se desarrumam.

Enquanto a reunião se dispersa, meu olhar cai sobre um artigo de um dos velhos jornais amarelados que envolve uma caixa cheia de cartazes; "*Vida Social*. Antonia S. Teixeira, uma das figuras mais bonitas e mais elegantes da sociedade do Recife receberá amanhã os parabéns dos amigos por ocasião do seu natalício."

O solo de cimento é vermelho sujo, o teto se arruinando.

– "Já vamos", diz Antônio.

Panfletos nos campos de cana

Saímos do sindicato. A praça, na frente da sede, está muito suja. Há um cheiro de gado. Cabras pretas. Restos de frutas. A avenida em frente está comida pelas poças d'água e os detritos. Há caminhões estacionados. Surpresa com o calor intenso, sob o céu cinza. Este cinza insistente, não consigo colá-lo à palavra "tropical". Algo de irrisório. A frase de um amigo pintor do Recife me volta à lembrança: "Passei minha

infância lendo a literatura francesa e sonhando ir um dia a estas "regiões tropicais" que os livros descreviam. Que decepção quando eu soube que o nosso nordeste era uma delas..."

Agora, o grande acontecimento desta tarde é a distribuição de panfletos para a qual o juiz determinou uma proteção policial, numa plantação de onde expulsaram, há alguns dias, as forças sindicais.

Amontoamo-nos num jipe, – direção: delegacia de polícia. Solavancos do trajeto. Um vilarejo, a rua em ladeira, casas coloridas. A delegacia de Polícia, prédio bege e azul, com uma varanda estreita e uma escada exterior. Dois policiais diante da porta. Miguel entra, com um outro responsável do sindicato. Espera no jipe. Antônio, nervoso, não pára. Os outros ficam calados. Céu cinza, um pouco de vento, e o calor que volta nas intermitências.

O vilarejo está silencioso. Os burros passam, margeando uma a uma as casinhas de cores diferentes: ocre, vermelho claro, azul, bege. Uma cumeeira amarela como uma mancha. Ao longe, as montanhas barram o horizonte. Ainda um destes lugares onde a gente sente que poderia ficar aí fechado para sempre. As esperas, ali parecem infinitas.

Miguel sai afinal da polícia. Chapéu na mão, andar um pouco recurvado. Um policial à paisana o acompanha, cabelos cortados rentes, óculos escuros, o tipo correspondendo à função. O policial diz-lhe algumas palavras, ainda na porta, batendo-lhe no ombro com um gesto protetor; depois despede-se e entra na delegacia, Miguel volta para junto de nós, sempre com o chapéu na mão, sozinho.

"Não vai dar?" pergunta inquieto o sindicalista que está sentado à minha frente, no jipe. Miguel diz que a polícia deu instruções diretas ao serviço de segu-

rança dos proprietários. Nenhuma necessidade de escolta: vão-nos deixar distribuir os panfletos.

Voltamos em dois carros. No outro está o "mexicano", com o porta-voz do sindicato. Uma pista de terra ruim sobe pelas colinas para a usina "Nossa Senhora da Serra" à qual pertencem as terras. Pouco antes da chegada, Miguel pára o jipe e assegura-se de que tudo está em ordem. Se houver problema, ele poderá dizer que eu sou repórter? – Pode. "Recapitulemos. Todos aqui são membros do sindicato. Ele (mostra Antonio) é assessor do sindicato e ele (designando-me) é repórter. Vamos distribuir os panfletos e chamar o povo pelo alto-falante. Mas não vamos fazer comício. A polícia deixa distribuir os panfletos, mas não fazer comício".

Estamos num alto. Horizonte amplo, vento. Para espantar os capangas e as armas dos latifundiários, nosso jipe tem nos dois lados a inscrição que eu tinha visto na sede do sindicato: "Toda autoridade que impede ou tenta impedir o legítimo exercício da greve..."

Todos se reúnem em torno de Miguel, que faz uma experiência com o alto-falante. O som bate na montanha e volta. "Uma beleza".

Partida em grupo. Entramos no território de um engenho e nosso porta-voz começa suas convocações para a assembléia de amanhã.

Primeira imagem, surrealista, desta incursão do sindicato nas terras da plantação de cana, um megafone gritando nos campos desertos. Não o estão, sem dúvida, e há homens dispersos na massa densa e verde. Mas por enquanto, só o silêncio responde. Aqui está a usina. Odor de melaço adocicado, enjoativo. Um guarda, revólver na cintura, na entrada do escritório. Miguel se apresenta, o guarda leva-o à presença do major, responsável da segurança da usina. De

acordo, a distribuição pode começar. Nossa pequena caravana parte na direção oposta.

Dos dois carros vamos jogando os panfletos na pista. De novo o angustiante silêncio da cana. Depois, as aparições. Primeiro um pequeno grupo de mulheres e crianças saídas não se sabe de onde, e que recolhem cuidadosamente os pequenos quadrados de papel espalhados na terra. Depois dois homens, que aparecem na pista, pegam os panfletos e desaparecem. Em seguida, um grupo de trabalhadores, com um chefe. Eles hesitam um instante (a presença do chefe) recolhem os panfletos. Novamente ninguém à vista, e todos os panfletos foram retirados da pista, como se os canaviais bebessem em silêncio a nossa propaganda.

O discurso do megafone perde-se, porque vamos bastante depressa e que o aparelho não é tão bom quanto se pensava. O preto que está sentado à minha frente na traseira do jipe enerva-se entre dois solavancos: Ouve-se "trabalhador rural!" – depois, mais nada. Oh, como gostariam de forçar a voz, romper o silêncio dos campos...

Aqui, uma encruzilhada de pistas. Uma construção (o barracão da propriedade) e dois caminhões parados, cheios de uma multidão compacta, talvez uma centena de pessoas. Sempre o mesmo espetáculo dos caminhões de bóias frias: farrapos, chapéus de palha, instrumentos, trouxas. Mas, partindo da Princesa Serrana, nós os vimos antes do trabalho. Aqui, às cinco da tarde, fico impressionado com estes rostos hirsutos que o dia desmanchou, sobretudo com os pequenos rostos extenuados das crianças. Antônio deve achar a mesma coisa. Grita no megafone: "Sabemos que é um sacrifício ir a assembléia no domingo, mas é preciso, para os seus salários. Venham! Vamos tentar mandar

um caminhão para buscar vocês. Que um de vocês venha ver!" Um homem pula no chão, pés descalços. No caminhão, algazarra, grande excitação, todos falam. Os sindicalistas marcam um encontro com o homem, num cruzamento de estradas, para amanhã. Fazem repercurtir a notícia, gritando. Um garoto, camisa e calção cinza rasgado, pega um maço de panfletos e os distribui, folha por folha, com cuidado. Antônio refaz um discurso para os do outro caminhão. Extraordinária atenção destes rostos desdentados, comidos pela barba, esmagados de cansaço. E, no momento em que partimos, Antônio ainda grita: "É legal! Não têm direito de proibir a distribuição dos panfletos. Se alguém disser o contrário, feche-lhe a boca."

A favela

Novamente a pista e o silêncio dos canaviais. A noite cai, clara, sobre as colinas. As estradas, os faróis. Nova parada. Estamos no pé de uma favela, cujas casas se espalham numa ladeira, dos dois lados de uma rua de terra. Mal os dois jipes estacionam, um carro da polícia pára à nossa frente. Os policiais ficam olhando Antônio lançar o seu apelo ao megafone "Atenção, trabalhadores do campo, assembléia amanhã às oito horas da manhã! Venham todos, 'clandestinos' e 'fichados'." Enuncia as reivindicações. O "mexicano" e João começam a distribuir os panfletos. Logo forma-se um tropel de crianças, algumas carregando outras menores. O carro de polícia vai-se embora.

Nosso grupo inicia uma lenta subida da rua central da favela, mal iluminada. Megafone, panfletos. "Dois dias de trabalho por um quilo de carne de charque, isto é possível, camaradas?". Uma preta idosa,

com um turbante, cachimbo na boca, olha-nos, impassível, os cotovelos apoiados na meia-porta da sua barraca qué parece, como todas as senzalas, um box de cavalariça aberto na parte superior. Um velho grita: "Eu vou! Sou um camarada do sindicato! Eu vou!". Um comício em torno de um bêbado improvisa-se, figura lastimosa, uma garrafa de cachaça na mão:

A noite clara é recoberta pelas silhuetas das montanhas. À nossa volta, raras luzes se acendem, e distingue-se o marrom avermelhado da terra batida que forma duas ruas miseráveis, no ângulo direito. Neste cruzamento, uma multidão de pretos, mulatos, caboclos aglutina-se para ouvir. Antônio: "Não se pode esperar nada do governo, dos homens políticos. Esperar é morrer de fome! O que o Sindicato faz é legal, não é subversão. Não se deve ter medo. A única coisa que se deve temer é a fome!" Uns aplaudem, dizem "muito bem!" Ele continua. "Sabemos que muitos têm medo da greve, mas se nós a propomos é porque sabemos que é o único meio de mudar alguma coisa. Sei que as mulheres, sobretudo, têm medo. Dirijo-me a elas. O direito de greve está na constituição, é legal. Miguel, o presidente do sindicato, fala por sua vez: "os seus filhos não têm leite. Vocês seriam criminosos se não viessem à reunião". Uma pequena multidão ouve. Muitas crianças raquíticas, membros encolhidos, barrigas inchadas.

Nossa caminhada continua através das ruas de terra. Amanhã, mediremos o medo, diz-me Antônio. Lama, água suja, crianças nuas, fedor de um monte de lixo. Descida abrupta entre as casas talhadas na rocha. O "mexicano" encontrou uma venda de "Pitu" e quer por força levar-me até lá. Chama-me "o português". Está completamente bêbado.

À noite, depois de nossa volta a N., Antônio me fala do seu medo de que esta greve seja um fracasso, de que haja provocações. Acaba de ler "Germinal", cujo fim o deprimiu.

A assembléia

A assembléia dos trabalhadores agrícolas da cana do município de N. vai ter lugar na vasta quadra de esportes de um colégio religioso que as irmãs põem à disposição do sindicato. O colégio, cor de rosa, parece um bolo confeitado. É cercado de coqueiros e de arbustos de um parque abandonado.

Sete horas da manhã. Tudo está pronto no recinto vazio. No fundo, as seis urnas, cuidadosamente postas sobre pequenas mesas. Algumas faixas, perdidas na imensidão do estádio "ou os patrões nos dão o que queremos, ou paramos o trabalho". "Votar amarelo é votar pelo patrão". "Votar verde é a cor dos trabalhadores." "Os trabalhadores unidos jamais serão vencidos".

Trabalhadores agrícolas começam a instalar-se nas arquibancadas de cimento, em silêncio. A maioria é de caboclos. Camisas limpas, chapéus. Permanecem imóveis, habituados que são às longas esperas. Há poucas mulheres.

Um grupo entra na sala. São guiados por Terezinha, a empregada do Sindicato, que tem mais uma cabeça de altura que os outros.

O tamanho deles impressiona-me. Ouço ainda as palavras do professor Nelson Chaves sobre a fome que produz gerações de anões. Há no porte e no andar destes homens algo de encolhido, de fechado, como se tivessem frio por dentro. Sempre esta presença da fo-

me, mais sob a forma sonsa de uma doença que corrói do que de uma magreza espetacular. Talvez um observador superficial, a quem não tenha sido explicada nem a monotonia alimentar nem o cérebro danificado de nascença, nem a progressão do nanismo, nada visse. No avião de Paris, uma jovem senhora da sociedade carioca tinha-me dito: "O senhor vai para o Nordeste? Então vai ver, as coisas melhoraram muito. Quase não se vê fome." Porque a fome seria sempre visível? Esta, que estiola as crianças no ventre de suas mães, que mata lentamente sem alarde milhões de camponeses, não seria terrivelmente eficaz?

João, outro assessor, dirige também um grupo. É alto e no meio deles, parece um gigante. Está a explicar-lhes que devem votar verde, e que o boletim amarelo significa o lado do patrão. Agrupados em volta de João, parecem pertencer a uma outra espécie reduzida, franzina, estiolada.

Durante a assembléia, não cessarei de ler, nos rostos e nos corpos, nos gestos e nas expressões, o trabalho da fome.

Oito horas. Uma preta velha, toda vestida de branco, quase cega, procura, tateando seu caminho.

Um pequeno grupo forma-se em torno de um dos responsáveis do sindicato a quem foi dito ontem: "você será o animador", e que agora põe mãos à obra, com maior seriedade – "É preciso lutar pelo futuro do nosso Brasil, por nosso filhos. Eu estou de barriga cheia, mas é preciso pensar nos outros, no futuro". É um velhote esperto, magro, com bigodes cinzentos. "Hoje somos todos iguais diante da lei, mas vocês são mais escravos que no tempo da escravatura".

A quadra enche-se devagar. O serviço de som nos ensurdece com hinos religiosos, cheios de aleluias. A luz violeta do dia está filtrada por uma grade que

cobre uma abertura em triângulo, no alto de uma muralha de cimento armado. Entrevê-se, atrás, os cimos das palmeiras e um céu excepcionalmente azul.

Começam a chegar mais mulheres e crianças. Esta multidão magra, endomingada, que aflui silenciosamente (penso numa assistência de fiéis negros, num templo do sul dos Estados Unidos), é o movimento operário nos seus primeiros passos, no medo e na fome. Desfeito, massacrado, perseguido, recomeça aqui, indefinidamente reconstituído como o mar – e como recomeça sempre a expropriação primitiva da qual o capital tira a sua substância sangrenta, as cercas das parcelas, o êxodo para as cidades, a derrota miserável dos trabalhadores...

O velhote promovido a animador continua sistematicamente seus discursos nas arquibancadas, movimenta-se ao pé das fileiras. Há nos seus olhos alegres e enrugados algo de radioso.

Nas arquibancadas, a multidão torna-se densa. Os trabalhadores agrícolas, rostos morenos e negros bem talhados sobre camisas de cores claras, vivas, estão alinhados com exatidão nas quatro fileiras ascendentes, como soldadinhos de chumbo, pequenos, nítidos, simétricos.

Uma preta, na entrada, preocupa-se: "Me disseram que somente podiam entrar aqui os que têm leitura". Antônio tranquiliza-a e ela entra. Ele orienta um grupo que chega. Novamente a impressão de ver um gigante ordenar uma multidão de liliputianos. Antônio, é robusto, um pouco vermelho de tez. Bem nutrido, como eu. Subitamente, a visão dos nossos corpos fartos de proteínas, de vitaminas, de legumes, de frutas, de carne – nosso sangue, que se precipita em nossas veias, nossos neurônios alimentados até a saciedade, todo o nosso maquinismo irrigado... e os corpos

deles, pobres corpos de farinha e de feijão, membros débeis, cérebros lentamente atrofiados. São duas espécies que o capitalismo selvagem tende a dissociar no seio do gênero humano. Enquanto no rastro de Gilberto Freyre, um sociólogo célebre e incensado nos meios oficiais, a cultura dominante procura promover a imagem de um Brasil que consegue a fusão harmoniosa das raças e dos povos numa unidade nova – é ao contrário a rachadura terrível que me impressiona, no Brasil, entre brancos e pretos, ricos e pobres, alimentados e famintos, educados e analfabetos. Certas formas de segregação, aqui, não fazem inveja em nada à África do Sul. E a verdade do Brasil parece-me bem melhor sintetizada nestes versos do poeta Carlos Drummond de Andrade do que na mitologia de um Freyre: "Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?".

Miguel, o presidente do sindicato, começa o primeiro discurso, ruidosamente ampliado pelo aparelho sonoro. Outros tomam a palavra depois dele. A multidão aplaude bem comportada no fim de cada intervenção.

Antônio conta e reconta a assistência, preocupando-se com o quorum. Miguel atravessa a sala em todos os sentidos, com seu chapéu de vaqueiro, uma pasta na mão direita, uma garrafa de leite na esquerda. (Enquanto escrevo estas notas, um homem passa na minha frente e por um instante olha-me escrever, levantando a cabeça: a alguns centímetros sob os meus olhos, um pequeno rosto magro, interrogativo).

Pelas dez e meia, um dos membros do sindicato vem dizer a Antônio: "O pessoal está com fome, é preciso começar". Começamos.

As filas se formam para o voto, diante das seis urnas. Faz-se a chamada. O pessoal se empurra, se aperta na fila uns contra os outros.

É o horrível processo da "greve legal" que começa: fazer fila para a greve, como quem vai receber um abono. As horas de voto que se seguem são absurdas: só vieram para aqui os trabalhadores que querem fazer greve e um voto com a mão levantada seria suficiente para, em poucos instantes, ficar-se certo disto. Poder-se-ia em seguida, aproveitar desta excepcional reunião de trabalhadores de quase todas as plantações para começar a organização prática do movimento. Mas a "lei de greve" é pensada para esgotá-los em intermináveis procedimentos administrativos e é assim que se desenrola este voto, já que o sindicato faz questão de respeitar o encaminhamento legal.

Na cabine de voto número dois, o "mexicano" se agita com suas listas, seus envelopes, seus boletins. O primeiro votante apresenta-se, ou melhor, é projetado para a frente pela multidão. Mostra a carteira do sindicato, virando as páginas de um porta-documentos usado onde as fotografias de família alinham-se dentro do plástico transparente. É um homem idoso que assina bem devagar, inclinado, formando as letras como uma criança, enquanto a multidão se agita atrás para obter o segundo lugar. Dirigem-no para a esteira de palha enrolada contra a parede que funciona como uma cabine indevassável. O segundo sabe assinar? Não. Impressão digital sobre a lista: O "mexicano" fá-lo aplicar no papel um polegar bem sujo de tinta. O primeiro volta para pôr o seu envelope na urna. Confusão de papéis. Calor infernal da multidão. Durante todas estas operações, para duas pessoas somente, a multidão se desorganiza e o "mexicano" começa a gritar: "Olha a fila, olha a fila!" (fazer greve "em fi-

la"... como deixar de compreender a exasperação de todos os que, pelo país inteiro, reclamam a abolição desta "lei de greve" e um verdadeiro direito de greve?

Perto de mim, um velho, magro, cabelos cinzentos, camisa branca, calça preta, amarrotada como a do Carlitos, passa com a carteira de identidade na mão, onde reparo, marcada com um carimbo azul, a palavra ANALFABETO, em caracteres maiúsculos. No polegar, a mancha azul da impressão digital. A marcação dos analfabetos. Indo embora, o velho me disse, como se desculpando: "Posso assinar, mas demora muito, minha mão treme demais". É verdade, já notei que muitas mãos tremem escrevendo, ou mesmo somente segurando um objeto. A fome.

Alguns meninos querem votar. "Que idade vocês têm?" pergunta Miguel, o presidente. Eles têm catorze, quinze anos. "Muito jovens. É preciso ter dezoito anos, pela lei. Mas a presença de vocês é importante". Os meninos ficam decepcionados. Pergunto se querem fazer greve. Eles balançam a cabeça, sim, querem. Estes meninos que a lei rejeita, privados de escola, ameaçados de doenças são os primeiros a distribuir os panfletos, a propagar as notícias, a correr de um ponto a outro ao menor movimento. Pequenos proletários de dez, doze, catorze anos.

São onze e meia. Abandono a confusão das filas para respirar um pouco nas ruas da cidade. Meus passos levam-me ao único prédio vasto e bonito de N., e compreendo que os pobres se sintam atraídos por ele. Você vive no meio de todo este sofrimento, você anda pelas ruas procurando um alívio e encontra-se naturalmente diante da igreja que domina as casas, e cuja calma fresca oferece um abrigo. Você entra. Um padre oficia, vestido de branco e dourado, magnífico. Neste lugar só há fasto, doçura, recolhimento. A mú-

sica do órgão penetra-o. Sim, é aqui que você pode encontrar reconforto...

Volto às doze e meia. Sempre o atropelo. Na mesa de voto de João, o rosto resplandencente de um menino que ele autoriza a votar e que corre imediatamente para a cabine com o seu envelope. A situação melhora. João, Antônio e os outros despacham os votos simplificando ao máximo as formalidades. Só o "mexicano" atrapalha-se com os detalhes e cria uma espécie de engarrafamento.

Reparo as mãos dos operários agrícolas que tremem demais para por o envelope na urna, e devem recomeçar três vezes. A fome.

Às catorze horas, encerra-se a votação. Um sujeito do Ministério do Trabalho chega. Apuração. *A greve foi votada.*

Negociações e acordo

As vinte e duas assembléias do estado de Pernambuco que se realizavam neste mesmo domingo 30 de setembro votam a greve. Mas a greve geral da cana de açúcar não vai se realizar. Somente os dezoito mil trabalhadores dos dois municípios que haviam votado antes dos outros cessam o trabalho no dia 1º de outubro. A negociação obrigatória entre os sindicatos e os patrões do açúcar chega a um acordo na quarta-feira 10 de outubro, na véspera do dia previsto para o desencadeamento da greve geral.

Os sindicatos reclamavam um aumento de 100%. Conseguem 52%. O direito a dois hectares de culturas individuais por trabalhador é obtido, bem como o pagamento dos dias de trabalho em caso de acidente. O aumento dos salários representa um alívio somente provisório, neste período em que a inflação se aproxi-

ma de 100% por ano. Quanto às outras cláusulas, podemos perguntar pela sua aplicação: não há 80% de trabalhadores "clandestinos" entre os operários da cana?

No estado vizinho de Alagoas, cento e sessenta trabalhadores de uma plantação de União dos Palmares, fizeram greve; desde o início do movimento, cinco líderes foram presos pela segurança da propriedade que pertence a uma refinaria. Só serão soltos no fim da greve, que não chega a nada.

Assim, o que deveria ser a primeira greve legal do país acaba mal. O alcance real das concessões patronais é discutível. Mas algo se passou, que soa como um aviso. A greve dos dois municípios, a afluência às assembléias do dia 30 de setembro, o voto unânime em favor da greve, a mobilização no campo, anunciam um despertar do movimento camponês nas regiões açucareiras do Nordeste.

Galiléia

Durante os dias em que se preparava a greve, percorri vários municípios, indo de uma reunião sindical para outra. Por ocasião de uma destas reuniões, tive um encontro que me causou impressão muito forte. Eu estava fazendo umas perguntas aos trabalhadores sobre as condições de vida deles. Entrou um homem, e quando ele interveio na discussão, todos se calaram, numa atitude de respeito. Quando ele terminou de falar, disseram-me: "Quem está na sua frente é João, fundador da liga camponesa de Galiléia". Era um homem idoso, vestindo roupa escura, óculos escuros. Apoiava-se numa bengala. Seu porte, sua fisionomia faziam-se pensar num destes velhos dirigentes do

FLN argelino, que superaram ferimentos, mutilações, enfermidades, para poderem ter esta postura reta e dura, e cuja simplicidade e elegância poída obrigam ao respeito. A voz grave e pausada de João da Silva impressionava pela autoridade natural. "Muita honra em conhecê-lo", disse-lhe, "que acha da situação atual na região?" "Só posso responder-lhe na minha casa" disse ele. Então fui com ele para a sede do engenho Galiléia. Enquanto andávamos devagar para a praça onde se poderia encontrar um táxi, ele parou e me perguntou: "Você acha que o mundo chegou a um ponto estável, ou que as contradições vão continuar a se desenvolver?". Surpreendido, fiquei um instante em silêncio, depois respondi: "Que as contradições vão se desenvolver". "Eu também acho", disse-me ele. E continuou a caminhar.

Chegamos à sua casa ao fim de uma hora de carro por estradas esburacadas. Uma casinha pobre, de cimento nu, que abrigava o café-bar do vilarejo, no meio de colinas erodidas, salpicadas de alguns leirões de cultura (por uma vez, não era unicamente a cana onipresente, mas também cebolas, feijão, algumas galinhas. Ele me fez sentar e pediu à mulher: "Traga o livro". Ela voltou com um volume grosso, encadernado, uma versão brasileira da Enciclopédia Britânica. Mostrou-me uma imagem do Cristo ("Conhece? – Conheço"), uma foto de Lenine ("Este também? – Também"), de Kennedy (mesma pergunta, mesma resposta) o verbete França, o verbete Austrália... Depois concluiu: "O mundo inteiro está neste livro. Pois bem, nele estão também as ligas camponesas. Leia. E mostrou-me o verbete:

"*LIGAS CAMPONESAS*. Nome dado às organizações camponesas nascidas em Pernambuco a partir de 1955. Tendo por objetivo a realização de uma

reforma agrária no interesse dos camponeses pobres, as ligas se tornaram um movimento de dimensão nacional. Simples sociedade assistencial, a primeira Liga foi fundada no engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, por Zezé da Galiléia. ... Em seguida as ligas resolveram reagir pela força à repressão dos latifundiários. Ficou famoso o episódio de Galiléia, durante o qual dezenas de camponeses, depois de haver ocupado as terras, obrigaram o governo a desapropriá-las em seu favor.

Em 1963 havia em todo o país centenas de Ligas, com mais de 500.000 membros. Só o conselho do Estado de Pernambuco coordenava 27 ligas com 120.000 filiados".

Fechou o livro com cuidado. Disse-me, martelando as palavras: "Você vê, eles são obrigados a falar em nós. Já entramos para a História".

Nós o ouvíamos em silêncio. Havia ali sua mulher, um camponês baixinho e um adolescente. A sala estava bastante escura, e pelo quadrado de luz da janela, distinguia-se a paisagem das colinas em volta da casa. Alguma coisa no lugar e nas pessoas inspirava uma espécie de recolhimento. João da Silva recomeçou a falar: "Vou responder a sua pergunta de antes. Depois, vou contar como nasceu a liga da Galiléia, a primeira liga camponesa do Brasil".

"Você perguntou o que acho da situação. O golpe de estado teve pelo menos uma coisa positiva. Agora, o exército brasileiro aprendeu a conhecer os latifundiários. Naquele tempo, nós dissemos que tipo de homens eles eram, mas eles não nos acreditaram. Tomaram o poder com o apoio dos latifundiários, mas nenhum latifundiário teve a inteligência política de ajudar a revolução deles. A política destrutiva deles terminou deixando o presidente da república em difi-

culdade". (Fala lentamente, a voz rouca, mas escolhendo as palavras com tal precisão que parece ler um discurso escrito). "Por isso, o governo resolveu fazer uma abertura política, maś somente a força do povo permitiria encontrar uma saída. A destruição que a "revolução" (golpe de estado) trouxe para os campos é cheia de perigos. Expulsaram os homens do campo para a cidade. Tínhamos aqui milhões de trabalhadores que produziam mercadorias para a cidade sem gastar gasolina nem gás. Estes trabalhadores possuíam milhares de galinhas, milhares de vacas, milhares de burros, e consumiam os produtos de suas parcelas individuais. Tudo isto foi destruído. Depois da revolução, criou-se uma situação de carestia e de penúria, e todas estas pessoas agora estão na rua, morrendo de fome (diz isto com uma voz dura) e desperdiça-se petróleo, quando antes se usava a energia dos cavalos e do carvão. Está aí o que eu tenho a dizer sobre a administração da "revolução".

Em seguida, ele me conta a história da liga de Galiléia. Ele mesmo é neto de escravas ("Minha avó valia duzentos mil réis... Nunca aprendi a ler nem a escrever"). "Revoltou-se" desde a idade de quinze anos, em 1930, quando o governador João Pessoa, que era "de tendência socialista" foi assassinado.

Os camponeses eram tratados pior que os animais. O rebanho, pelo menos, era cuidado na plantação em que trabalhava João da Silva. Como em todas as outras, o povo era muito pobre para pagar os ataúdes: quando alguém morria, jogavam o corpo em qualquer lugar. Só ele se ocupava de enterrar os mortos, e tinha conseguido do comissariado um atestado de pobreza que lhe dava direito a caixões gratuitos na prefeitura. Depois, retiraram-lhe este direito. Ele resolveu então fundar uma sociedade mutualista: os

camponeses se cotizariam para a compra de caixões. O dono da fazenda aceitou a tarefa de reunir as contribuições e de ser o presidente de honra. João foi procurar em Recife Zé Prazeres, um camarada que diziam que sabia organizar uma sociedade. Zezé deu-lhe conselhos. Chamaram a associação de Galiléia de Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco". O movimento se desenvolveu. Nesta altura, o filho do patrão – um dentista – que desejava ter a sucessão, convenceu o pai de expulsar os associados: "A sociedade de vocês, dizia, é o comunismo. Nada disto na minha propriedade. Além do mais, quero fazer criação e preciso das terras de vocês. Vocês têm quinze dias para cair fora".

João da Silva foi procurar o Juiz de Vitória. Mandaram-no às favas. Partiu para o Recife. Alí, um juiz lhe disse que o direito do trabalho proibia esta expulsão sem indenização, e indicou-lhe um advogado, deputado à Assembléia Estadual, que poderia ajudá-lo. Este advogado chamava-se Francisco Julião. Conversaram toda a noite, João da Silva descreveu-lhe minuciosamente a condição dos camponeses rurais. Francisco Julião aceitou defendê-los. Uma longa batalha judiciária começou. Durou oito anos, durante os quais o patrão tentou várias vezes assassinar João da Silva pelos capangas. Foi gravemente atingido, mas salvou-se. Finalmente, o processo foi perdido. Mas Julião levou a questão à Assembléia Estadual. Os camponeses vieram até o Recife ocupar durante dois dias o recinto da Assembléia. A maioria dos deputados deu razão aos camponeses contra o proprietário. Em seguida a este voto, o governador desapropriou Galiléia indenizando o proprietário. Cada família camponesa teve direito a dez hectares.

"Desde esse tempo vivemos cada um da nossa pequena cultura. O governo não nos dá nenhuma ajuda. Recusa-se a fazer uma estrada, e vocês viram como o lugar é de acesso difícil. Há vinte anos estamos aqui, não temos nenhum conforto, nada. João da Silva fala do governo de Arraes como do único tempo em que o governo do Estado tomou medidas concretas para ajudar os camponeses. "Quando Arraes aumentou os salários 300%, viu-se pela primeira vez aparecerem nas casas dos camponeses camas e cadeiras: até então, eles eram muito pobres para comprá-los".

"Houve depois a "revolução". Passei sete dias escondido aqui. No fim de sete dias não pude fugir e tive que me apresentar. Levaram-me preso. Torturaram-me duramente seis meses e deixaram-me 6 anos preso. Perdi um olho, perdi uma orelha, fiquei cardíaco. Hoje, vivo com 1.100 cruzeiros por mês. Se não surgir alguma coisa para aliviar o povo do campo, este povo vai se autodestruir. Veremos os homens arrancarem uns aos outros a desgraçada raiz de inhame que algum tenha encontrado. O povo do campo está morrendo de fome. É a pior miséria do mundo. Um cidadão ganha cinqüenta cruzeiros por dia, e um quilo de carne custa cento e vinte cruzeiros. Como é possível?".

Com a noite que cai, a casa de João da Silva enche-se devagarinho de vizinhos que o escutam falar e aprovam em silêncio. Ele se mantém ereto e fala olhando para a frente, longe, como se se dirigisse a uma imensa assistência.

No dia seguinte, voltei com amigos e João da Silva fez questão de que visitássemos Galiléia. Mostrou-nos um destes lugares carregados de acontecimentos, de esperanças, de sangue, de massacres. Pensava em

Tachal, a cidadezinha de montanha chinesa, tornada comuna popular e conhecida no mundo inteiro, que eu havia visitado em 1967. Se uma revolução popular tivesse vencido no Brasil, Galiléia seria hoje um dos seus lugares célebres, que as delegações vindas de todas as regiões do Brasil e de todos os países visitariam, onde tremulariam as bandeiras e ressoariam os cantos revolucionários, onde se formariam imagens e legendas. Mas aqui só o vento canta nas colinas desnudas, e o velho homem invicto que guia a visita deve sua autoridade a uma vida de lutas.

"A sociedade de Galiléia foi fundada lá adiante, na mata, diz ele, designando uma linha de colinas cobertas de mata fechada.

"E aqui, as colinas foram niveladas para criar um clube e um conjunto residencial. Arraes nos deu ajuda para os trabalhos de aterro". Conta, com um entusiasmo que mais de quinze anos não destruíram, sua viagem a Cuba, como lá viu a vida dos cortadores de cana transformada pela revolução, como ele desejou, na volta, construir em Galiléia instalações para uma vida nova semelhante à de lá, (depois da sua volta, começaram a chamá-lo de "Cubano", tal o tempo que passava a descrever a Ilha e suas conquistas sociais).

"Nós queríamos fazer uma cooperativa, um centro cultural, moradias, mostrar que podíamos viver aqui sem ajuda externa. Em 1964, veio o exército e destruiu tudo". Mostra a paisagem árida, os casebres com seus leirões de cebolas e de mandioca, e compreende-se que, para ele, aqui continua sendo o lugar do clube, e ali o da cooperativa, e que até a morte ele conservará a esperança de vê-los surgir do chão.

"No golpe de estado, o exército destruiu a sede da sociedade. Destruíram uma casa aqui, outra ali, outra acolá". (Mostra canaviais sem qualquer habita-

ção). Um pouco mais longe, na pista lamacenta: "Foi aqui que fizemos uma festa quando ganhamos a questão com o proprietário na Assembléia Estadual. De todas as fazendas trouxeram bois para um enorme banquete..."

"Depois, houve o golpe de Estado e nós estamos esperando há quinze anos".

Durante estes quinze anos, João da Silva não fez qualquer declaração, nem convidou ninguém de fora para visitar Galiléia. Agora ele se exprime de novo.

Caminhando, João da Silva cita os homens de Galiléia que foram obrigados a partir, os que foram torturados, os que foram mortos.

Envolve com o olhar o vilarejo, as poucas casas agarradas ao flanco do vale. Parece dizer: tudo está por fazer; quiseram esmagar-nos, mas estamos ainda aqui, e até o último suspiro, conservaremos a esperança.

Faz um gesto para o horizonte. Imagino outros vales, outras vilas, campos, montanhas, florestas.

Uma das primeiras ligas camponesas fundadas depois da de Galiléia foi a do Acre, a três mil quilômetros de distância, em plena Amazônia, nos confins de Peru. Ora, precisamente no estado do Acre, os pequenos posseiros da terra batem-se há vários meses contra os jagunços, guardas armados que os proprietários de terra enviam para realizar as expulsões.

Um deputado desta região vindo ao Recife descreveu-me, há alguns dias, os recentes confrontos de Brasiléia, de Boca de Acre, onde centenas de operários se apoderaram de "jagunços" que ameaçavam várias famílias.

Assim é que, aqui e ali, se acendem os fogos extintos.

No meio da mais forte repressão, uma resistência manteve-se no campesinato brasileiro. Agora que a pressão social e a crise econômica enfraqueceram a ditadura, podemos distinguir-lhe os traços.

É como um estado crespuscular, uma manhã ainda pálida. Uma paisagem emerge de uma noite muito negra e muito longa. Percebem-se formas que pareciam apagadas. Tudo estava ali, então, movendo-se na obscuridade, ignorado.

Um dia, saberemos.

A bomba suja

Introduzo na poesia
a palavra diarréia
.....
.....
Quem fala em flor não diz tudo.
.....
O poeta se torna mudo
sem as palavras reais.
.....
.....
Mais que palavra, diarréia
é arma que fere e mata.

Que mata mais do que faca
mais que bala de fuzil
homem, mulheres e criança
no interior do Brasil.

É como uma bomba D
que explode dentro do homem
quando se dispara, lenta
a espoleta da fome
.....
Bomba colocada nele
pelos séculos de fome
e que explode em diarréia
no corpo de quem não come.
Não é uma bomba limpa:

31131
BIBLIOTECA
GEOGRAFIA - FFLCH
USP

é uma bomba suja e mansa
que elimina sem barulho
vários milhões de crianças.

Cabe agora perguntar
quem é que faz essa fome
quem foi que ligou a bomba
ao coração desse homem

Quem é que rouba a esse homem
o cereal que ele planta
.....
Quem faz café virar dólar.
e faz arroz virar fome.
.....

Impresso pela Monsanto Editora Gráfica Ltda nas Oficinas de Artes Gráficas Guaru S/A. Rodovia Presidente Dutra, km. 214 - Fone: 209-6311 - Bonsucesso - Guarulhos - SP.

Rua eterna

compra 14900

Entrada 14/10/85 Livro 32135

uma das famílias deles, que têm cinco, oito, dez pessoas para viver (viver?) durante um mês... Eles descem do seu carro, agradecem e continuam a pé pelo meio do campo. Você engrena a primeira, o locutor, no rádio, anuncia o último sucesso de Fulana de Tal. Há, bem no fundo da paisagem, uma bela igreja barroca, branca e amarela. Os campos de cana, bem verdes, ondulam sobre as colinas, compactos, e de longe, parecem a grama inglesa dos clubes de golfe.

O motor potente de seu Ford engole as curvas da estrada, què serpenteia através da zona da mata, a antiga floresta. Você atravessa uma pequena cidade, o cartaz de um cinema anuncia "As enfermeiras do sexo" e "A volta de Frankenstein". As ruas estão animadas. De novo a estrada, que o leva para longe. Para você, a vida continua.

O AÇÚCAR E A FOME

Robert Linhart

Os operários e camponeses da zona açucareira estão tensos; também estão tensos os donos do açúcar. Parece que o ministro do Planejamento quer acuar até a falência os pequenos industriais açucareiros, para deixar o campo livre às grandes empresas e sobretudo às multinacionais. Isto faria parte do seu "modelo" (o Brasil grande exportador agro-alimentar). Far-se-ia a modernização, a mecanização, desenvolver-se-ia a produção de carburente à base de cana e todos os "pequenos" usineiros que não tivessem meios de acompanhar esta reviravolta técnica seriam eliminados. Outros dizem que vão aumentar os salários dos trabalhadores da cana porque Arraes voltou.

MAIS UM LANÇAMENTO PAZ E TERRA
UMA EDITORA A SERVIÇO DA CULTURA